



 **PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Boa tarde. Passo à Diretoria Legislativa para apregoar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PLE nº 018/24, que autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito Externo junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), com garantia da União, até o montante de \$ 80 milhões.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Compartilhando com os vereadores, o nosso primeiro projeto a ser votado hoje na Ordem do Dia é o pedido de *impeachment*, que não tem direito à discussão e encaminhamentos. Então, se algum vereador quiser falar antes da Ordem do Dia ou discutir essa pauta, tem que usar o tempo de liderança neste minuto. Se nenhum vereador se inscrever em liderança, passaremos à Ordem do Dia e já entraremos na votação do pedido de *impeachment*, conforme o Decreto-Lei nº 201/67.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, não consegui chegar à Câmara ainda. Estou chegando logo, mas eu queria falar sobre esse assunto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Lembrando aos vereadores que, conforme a resolução aprovada, nós não teremos falas *online*, as falas são somente na tribuna. O formato *online* é para dar presenças e votar. Então, os

vereadores que têm direito a fazer uso da fala em tempo de liderança são os que estão presentes no plenário, e a votação será nominal.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Estou há 40 minutos querendo chegar à Câmara...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro; Ver. Roberto Robaina, nosso líder da oposição, tomei o local aqui, mas é por regra da Casa, eu queria ouvi-lo; vereadoras e vereadores, eu estava há pouco com o Ver. Mauro Pinheiro recebendo uma comissão grande, grande mesmo, do bairro Sarandi. Praticamente todo o bairro, né, Presidente, ali presente. E vejam bem, vejam bem que situação está criada neste momento: o bairro como um todo, 80%, Ver. Giovane Byl, foi alagado, 80%. E agora, as bombas que tiram a água acabam devolvendo para o mesmo lugar. Então, é uma situação gravíssima que precisa ser resolvida. Está ali o secretário Cezar Schirmer com eles agora, porque o Presidente chamou, fez muito bem em ter chamado, porque é uma situação insuportável e insustentável. Como é que pode as pessoas... Ali tem escola embaixo d'água, várias escolas. O CRAS está embaixo d'água, a associação de moradores está embaixo d'água. Embaixo d'água, não tem nada, a água está acima do telhado! É inacreditável o que está ocorrendo no Sarandi! Estão todos aqui, os comerciantes, os moradores, enfim. Nós precisamos, de alguma maneira – e eu acho que o Presidente foi muito bem encaminhando essa questão –, ter uma solução de emergência que ao menos encaminhe a mudança. O que é encaminhar a mudança? Por exemplo: começar a diminuir a água. A água está aumentando, a água diminuiu 10 centímetros e aumentou 15. Não pode, não pode acontecer. Tem a questão de ventos? Sim, mas tem que diminuir em uma vazão maior. E há três bombas ali. Há condições de fazer, só que está mal colocado. Isso pode ser resolvido imediatamente. O que eu estou fazendo

nesse momento é reproduzir uma conversa que houve há cerca de dez minutos na presidência, onde eu também fui chamado. Estão lá, inclusive, as pessoas, que precisam de fato acreditar que alguma mudança vai ocorrer a partir dessa vinda, porque eles estão desesperados. Desesperados! Não é uma situação comum do tipo “já está sendo encaminhado”. Não, Ver. Oliboni, lá eles sentem que não está sendo encaminhado. As pessoas que estão ali, alguns têm fruteira... já perderam tudo e não têm de onde tirar nada, a não ser os auxílios e benefícios de nível público que eles agora começam a tentar acessar e enfrentam burocracia de cadastro, essas coisas todas aí.

Então fica aqui o nosso registro. Tenho certeza de que falo em nome do Ver. Alex Fraga, do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Karen Santos nesse tempo de liderança, pedindo que, além de tudo... E nós sabemos que é uma imensidão de coisas, mas, em muitas áreas algo está ocorrendo na cidade e, em outras, não, e o Sarandi é uma das que não está ocorrendo ou está ocorrendo e não se percebe. Não pode continuar assim. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores; a função de um vereador é fundamental em qualquer momento, e mais importante é a função de um vereador nos momentos de crise. Nós estamos vivendo uma crise sem precedentes. Devemos votar vários projetos que vêm do Executivo. Está certo, o Executivo tem que apresentar todos os projetos necessários para reconstruir Porto Alegre. E nós, da bancada do PT – Ver. Jonas, Oliboni, Comassetto - estamos aqui exatamente para ajudar a reconstruir Porto Alegre. No entanto, é preciso registrar alguns pontos que são fundamentais, porque o vereador não apenas vem aqui para votar os projetos do governo, quer votar os seus também, e nós temos que votar alguns projetos. Eu tenho aqui conversado com os vereadores, por exemplo, dentro dos emergenciais que o governo está mandando, há um projeto que eu estou

apresentando que é emergencial para os artistas, sempre esquecidos, mas são os primeiros a serem prejudicados, porque acabou atividade artística na cidade por um bom tempo, e assim como na covid, surgiram as leis Paulo Gustavo, Aldir Blanc, Giba Giba em Porto Alegre, e agora eu estou propondo a lei Mário Quintana. E peço a atenção, já mandei para todos os vereadores o seu conteúdo.

Mais: nós discutimos aqui na segunda-feira, e havíamos sido informados, que o governo tinha mandado os cadastros. Não mandou! Nós estamos atrasados para receber os R\$ 5,1 mil, que é dinheiro federal, e nós precisamos desse dinheiro para a reconstrução de Porto Alegre. Canoas já mandou quase tudo, em 48 horas, a Caixa Econômica Federal está pagando e o povo está recebendo; precisa, na volta para casa, mas muitos não estão conseguindo voltar para casa, e eu me somo ao que já foi dito aqui antes de mim: o Sarandi, a entrada da cidade, é o drama de todos nós. Assim como eu disse que quando entrou água no Mercado Público havia sido a primeira parada cardíaca da cidade, só que o seguinte, a situação do Sarandi, da Vila Farrapos, da entrada da cidade, Humaitá, é a segunda parada cardíaca gravíssima, e nós estamos na UTI por causa desses dois grandes, imensos territórios da cidade. Imensos territórios estão debaixo d'água, a situação é catastrófica, as medidas que deviam ter sido tomadas não foram adequadamente tomadas. Não foram adequadamente tomadas. Nós precisamos discutir essas e outras questões sobre o comportamento dos gestores públicos. Em falando de gestão pública, quero dizer às senhoras e aos senhores, que o caso do DMAE é muito grave. O diretor do DMAE veio aqui, sentou-se nessa mesa, eu fiz perguntas na CPI da Equatorial e ele falou dos quatro geradores embarcados que teriam sido comprados. Eu até estou solicitando as notas taquigráficas para saber exatamente o seu pronunciamento, porque tudo indica – tudo indica –, que esse cidadão, além do escárnio que fez de mim na reunião da semana passada, quarta-feira, que foi *online*, ele mentiu; e mentindo, ele cometeu um grande problema, que vai levá-lo às barras da justiça. Vou dizer, não sou um sujeito que fica criticando todo mundo, não; mas ele vai pagar pelo que ele não fez, o Sr. Maurício Loss, pela mentira que ele nos aplicou aqui. Ele vai pagar.

Na segunda-feira, eu aqui falei do Mercado Público. Hoje, começou a limpeza no Mercado Público central. Tudo destruído, tudo! São 116 mercadeiros, e 6 deles perderam suas propriedades, porque a maioria mora na Ilha; são 200 trabalhadores, sendo que esses perderam praticamente tudo. Para recomeçar qualquer daqueles pequenos espaços, R\$ 150 mil, R\$ 200 mil. Está tendo uma reunião *online* agora com os técnicos do BNDES, que eu ajudei a organizar – está lá no meu celular, está aberta, inclusive, a reunião... Pronampe Catástrofe, mas não basta isso! A Prefeitura não pode mexer no Funpat. Eu vou aprovar vários projetos do governo e vou subir aqui, mas mexer no Funpat, não! O Mercado Público precisa viver, é a cidade, é o coração da cidade! Essa será a minha defesa, a minha única intransigência no dia de hoje no plenário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, Presidente Mauro, colegas vereadoras e vereadores. Agora, subindo aqui para a tribuna, vocês podem ver aqui na escada, tem barata morta aqui. A Câmara com um cheiro insuportável, e nós nos sentimos mal neste ambiente úmido, fétido, sujo. Vocês imaginem as pessoas que estão lá na Farrapos, no Humaitá, no Sarandi como é que estão – as poucas que estão conseguindo voltar – chegando nas suas casas. A cidade vive um caos total todos os dias, e a sensação é que piora. A cada etapa, só piora. Só piora quando a pessoa saiu da sua casa com a roupa do corpo, e ao voltar, não tem outra para trocar, não tem nada. Alguns receberam cestas básicas – duvidosas, inclusive, as próprias entregas –, mas elas não têm fogão, elas não têm casa onde poderiam cozinhar aquela cesta básica. E aí a gente tem ouvido dizer que não é hora para se achar culpados. Quem diz isso? Os próprios culpados, são eles que dizem que não é hora de achar culpados. Outros colocam a culpa em São Pedro; fácil, não é, gente, então está resolvido, já se achou o culpado, São Pedro. E mais uma vez, na hora da crise, é o poder público o agente essencial desta retomada. Durante a pandemia, vimos, em todo

o mundo, quem teve que estender as mãos, principalmente para as empresas, para os bancos – até aí nenhuma novidade, não é, milhões e milhões para os bancos. Aí se encontra dinheiro, aí o ente Estado sempre tem dinheiro, aí destrói o mito da inexistência de dinheiro e se mobiliza plenamente os recursos disponíveis para serem disponibilizados. Até aqui o que nós enxergamos em Porto Alegre é improvisação; tudo é no improviso, desde a retirada das pessoas de dentro do Guaíba, foi no improviso. E aí se fala, se ouve muito: "O povo pelo povo". É verdade, é o povo pelo povo, por quê? Porque não existe o Estado. Nós tivemos que mobilizar para que o povo ajudasse a socorrer o próprio povo, porque o Estado é mínimo. E aqui nesse plenário muitos encham a boca para dizer sim ao Estado mínimo. Estado mínimo sempre para o povo; para os bancos é Estado máximo. Está aí a FIERGS pedindo dinheiro, que não é pouca coisa, mas para o povo, nem o cadastro conseguem fazer, nem o cadastro de Porto Alegre conseguem mandar para a União; reclamam que a União está demorando para disponibilizar, mas sequer o cadastro enviam. É muita morosidade! A FASC deveria estar ocupando um papel central neste momento, tem 1.037 cargos de lotação. Quantos ocupam? Apenas 241. Olha, quando a gente diz que está sendo esvaziado todo o trabalho de assistência social, a gente mostra aqui os números: 241, e ainda com a troca de secretário. Minha solidariedade, Jorge Brasil, para tu assumires agora, porque o fujão do Léo Voigt, depois de aqui nós gritarmos "Onde está o culpado das 10 mortes da pousada Garoa?", o que ele fez? Foi o primeiro a abandonar o barco e fazer uma viagem para Europa. Agora nós olhamos para o orçamento que esta Casa votou no ano passado, nem R\$ 0,01 de investimento para prevenção das enchentes, enquanto o DMAE guarda mais de R\$ 400 milhões em caixa. Melhorias no sistema contra cheias ficou fora do orçamento. Negligência! E agora querem propor cidade provisória, segregação! Isolar o povo da cidade! O nosso povo é o dono desta cidade, tem o direito a acessar esta cidade. Portanto, quando chega nesta Casa um pedido de *impeachment* – que não foi de nenhum de nós aqui, é um pedido que chega de fora –, aí a gente olha e diz: mas no que isso vai dar? Gente, isso vai dar

muito debate de mostrar que aqueles que não querem achar os culpados são os próprios culpados. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, subo aqui na tribuna com muita tranquilidade e conhecimento de causa, já que, no governo passado, eu subi aqui para defender alguns *impeachments* do ex-prefeito, menos o último, que eu não achava necessário. Mas vamos começar pelo começo. A acusação é de que houve negligência – eu acho que um ex-funcionário do DMAE que saiu agora, início de janeiro, o faz. Como cidadão, ele poderia fazer, mas este pedido aqui chega por uma instituição, assinado por uma instituição, uma instituição que está com seu CNPJ inativo. Uma instituição que não pode sequer, em qualquer uma das redes que está ajudando as pessoas, seja uma cozinha, seja um alojamento, seja o que for, retirar qualquer produto, porque precisa ter um CNPJ ativo, e o dessa instituição é inativo. Então, baseado na lei, essa instituição não poderia estar assinando um pedido de *impeachment* do prefeito de Porto Alegre. Nós teríamos que fazer um *impeachment* em todos os culpados. Volto a falar o que eu falei *online* a semana passada: Quando se compra uma casa, a pessoa guarda lá um troquinho nem que seja para pintar essa casa e entregar essa casa em condições para sua família. Este governo investiu R\$ 592 milhões no DMAE desde que assumiu. Só na estação São João, que pega aproximadamente quase 500 mil pessoas na cidade de Porto Alegre, na qual eu me incluo, foram investidos R\$ 82,7 milhões. Além disso, o governo botou dinheiro nas drenagens do arroio. Aqui se fala muito dos próprios culpados, eu acho que nós temos vários culpados, porque, quando se compra uma residência, vai morar nela, e temos problemas de vazamento de água, a culpa é de quem fez o telhado, a culpa é de quem contratou quem fez o telhado; quando temos infiltração, a culpa é de quem fez o alicerce, que não fez o alicerce bem vedado. Nós achamos e temos

convicções de que há erros. Há erros. Agora, tem lendas urbanas sendo construídas, uma delas de que as bombas não estavam funcionando. É uma lenda urbana. As bombas pararam de funcionar no dia 3, depois de estarem submersas. Várias vezes se falou que o pior estava por vir e o pior vai estar por vir. O pior está nas calçadas agora, quando a pessoa volta para sua casa. Estão aqui os mercadeiros, voltaram para o Mercado Público, estão limpando o Mercado Público, estão lá vendo a sua história na calçada: seus expositores, seus produtos, seus balcões, suas mesas, suas cadeiras, sua história na calçada! Estão lá na calçada a cama, o berço; está lá, na calçada, o fogão. O pior está por vir ainda e o pior veio na quinta-feira passada, quando a água brotava no chão de Porto Alegre e tiveram que parar a limpeza do Mercado Público. Tiveram que parar várias limpezas em Porto Alegre. Então acho que é o momento de nós sermos propositivos, tipo, deixar o fundo do Mercado com o Mercado. Tem que ligar escada rolante, tem que ligar elevador, arrumar elétrica, jatear toda a hidráulica para a água não voltar mais para dentro do Mercado Público. Tem que dar uma cara nova para o Mercado Público, e as pessoas têm que saber que esse cheiro que está na cidade, esse cheiro de morte, ele não vai nos acompanhar! Não vai! Nós vamos varrer esse cheiro de morte de dentro da cidade de Porto Alegre, com a união de todos nós; vamos varrer, com a união de todos nós. Agora usar este momento difícil de famílias, este momento difícil de empreendedores... Nós estamos com mais de 11 mil lojistas que perderam tudo na cidade de Porto Alegre, 11 mil lojistas do 4º Distrito, do Sarandi, do Centro, do Mercado, da Voluntários, da Otávio Rocha, e nós temos a obrigação de trabalhar para eles e não de ficar, num momento desses, querendo fazer um processo que com certeza não tem fundamento, porque a pessoa saiu do governo agora, em fevereiro, e além disso, uma instituição que está com o seu CNPJ inativo. Então temos que estar perante a lei para exigir a lei. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadores, vereadoras, nós temos hoje vários debates. O primeiro debate, que é um debate que não tem direito à manifestação de lideranças, é o debate do *impeachment*, a proposição que chegou à Câmara, pedindo o *impeachment* do prefeito Sebastião Melo. E a votação de hoje diz respeito à abertura ou não do processo de investigação acerca do *impeachment*. O *impeachment*, como proposta, não veio de nenhum setor organizado, político-partidário, vem de uma entidade do movimento social a partir dessa crise aguda que nós temos em Porto Alegre, e a partir da constatação evidente de que a Prefeitura não atuou de modo responsável. Mais do que isso, descuidou do sistema de proteção da cidade de Porto Alegre – isso já está fartamente documentado –, produzindo um prejuízo incalculável. E nós, como Câmara de Vereadores, temos a obrigação de apreciar esse pedido de *impeachment*. Eu acredito que o prefeito Melo vem cometendo crimes de responsabilidade já faz algum tempo, não apenas nesse momento. Nós já tivemos a enchente de setembro e novembro na região das Ilhas, o governo acertou o pagamento de R\$ 3 mil e dificultou horrores para que as pessoas recebessem aquele pagamento. Nós tivemos, na Câmara de Vereadores, uma investigação sobre corrupção na Secretaria da Educação, e o governo, a partir da sua liderança na Câmara, a partir do próprio líder do governo Idenir Cecchim, ou da Ver.^a Nádia, tratou de impedir aquela investigação, sabotar aquela Comissão Parlamentar de Inquérito; felizmente não conseguiram. E nós conseguimos, com documentação e com testemunhos, uma farta comprovação que levou inclusive a polícia a prender a própria secretária de educação, que o governo dizia que era uma secretária de confiança absoluta do prefeito. E agora nós temos essa situação. Eu não vou aqui descrever, porque justamente descrever a enorme quantidade de crimes de responsabilidade que o prefeito cometeu e segue ainda cometendo ao não garantir sequer o pagamento rápido, o cadastro rápido para as pessoas receberem os R\$ 5 mil. Então, sim, eu defendo que se abra o processo de *impeachment* – que se abra o processo de *impeachment*! Quero deixar

absolutamente clara essa posição! Mas também eu quero alertar: nós vamos ter que mudar inclusive – essa é a minha opinião – no plano nacional, no plano estadual e municipal, como funciona o mecanismo do *impeachment*, porque, concretamente, se esse pedido passa, ele não é um pedido completo, ele não é um pedido que garanta a justiça política, porque o mecanismo do *impeachment* votado numa câmara de vereadores, evidentemente tem um componente político enorme, não apenas judicial, e do ponto de vista político, e na minha opinião, inclusive judicial, a responsabilidade do vice-prefeito é igual ou maior do que a do prefeito, mas no mecanismo de *impeachment*, se o prefeito deixa de cumprir suas funções, assume o vice-prefeito, no caso específico esse senhor, o Ricardo Gomes, que é um político que defende o desmonte do Estado, o desmonte do serviço público e, portanto, evidentemente, não merece, em hipótese alguma, ocupar o lugar do prefeito de Porto Alegre. Mas como o *impeachment* é uma demonstração política, no caso da votação numa câmara de vereadores, acerca da natureza do governo que cada vereador avalia, qual é a natureza do governo Melo? Para mim está absolutamente evidente, trata-se de um governo antipopular, um governo que, nos momentos mais importantes, não defende a cidade, um governo que nos momentos mais importantes trata inclusive de encobrir esquemas de corrupção, porque a Secretaria da Educação e a investigação que nós fizemos demonstrou que a Secretaria de Educação foi abandonada; assim como se nós fizermos a investigação do DMAE, nós vamos demonstrar que no DMAE nós também tivemos esquemas de utilização indevida de recursos públicos. Eu tenho pedido, desde dezembro, que se faça uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias que um empresário fez de desvio de quase R\$ 1 milhão a partir do diretor-presidente do DMAE escolhido pelo prefeito Sebastião Melo. Então há, sim, motivos políticos para que se vote o *impeachment* mesmo que nós tenhamos essas contradições que, no caso de um *impeachment*, o vice assume, e o vice que nós temos não merece, em hipótese alguma, assumir a Prefeitura de Porto Alegre. É evidente que nós teremos várias discussões a serem feitas. Nós teremos, logo adiante, um processo eleitoral e, caso não passe o *impeachment*, eu espero que nós

tenhamos uma eleição que tire não só o prefeito Sebastião Melo, mas o vice Ricardo Gomes. Muito obrigado.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, eu uso este microfone apenas para agradecer ao Coritiba Foot Ball Club, que enviou uma camisa de jogo que eles tiveram na partida subsequente ao estopim da nossa crise. São camisas com uma frase do hino do Rio Grande do Sul; no verso, temos a bandeira do Estado; nas mangas, o QR Code do SOS Rio Grande. E esta camisa está autografada pelo Leandro Damiano, que foi campeão da América pelo Internacional, do Coritiba, que hoje está acolhendo o Grêmio como clube, essa camisa está numa rifa solidária em bit.ly/camisasolidaria. A maior doação leva essa camisa; o bolo todo de dinheiro, metade para o Asilo Padre Cacique, metade para o Pão dos Pobres: bit.ly/camisasolidaria. Agradeço ao Coritiba, todos que me conhecem sabem que sou metade Grêmio, metade Coritiba. Então está aí para poder ajudar a quem tanto precisa. Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro, Ver. Tiago Albrecht, tenho certeza de que posso falar em nome de todos os vereadores, agradecemos ao Coritiba e ao nosso grande centroavante Leandro Damiano, do Internacional, da seleção, do Coritiba e de todo povo gaúcho. Muito obrigado, Coritiba e Leandro Damiano.

O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu quero dizer para você, meu amigo, que infelizmente está com água ainda na tua casa, com água na tua rua, você que está dentro de um abrigo, você que está morando de favor na casa de um familiar, amontoado num colchão, eu quero dizer que hoje nós temos 11 projetos aqui para a retomada da cidade, de auxílio, de

benefício humanitário para você que está nessa situação, e, infelizmente, parece que está se montando um circo politiquês aqui para nós perdermos tempo com esse *impeachment* que não se sustenta. Enquanto esse tempo é roubado, nós estamos perdendo tempo de votar projetos para auxiliar você, cidadão, que está padecendo neste momento. A gente viu um movimento parecido, ontem, no Congresso Nacional, onde entrou lá, na noite, um projeto de R\$ 3 bilhões e não se votou nada tão expressivo aqui para o Rio Grande do Sul. Então, quero pedir a coerência dos colegas vereadores para que nós adiantemos essa pauta e vamos ao que é importante, que são os benefícios para essas pessoas. Ei, querem adiantar a eleição? A eleição é logo ali. Então vamos parar! Isso, para mim, é um absurdo, porque as pessoas têm pressa e nós temos que votar esses projetos. Então, peço que cada vereador coloque a mão na consciência, porque esse povo tem pressa. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste. Eu venho aqui para falar sobre o pedido de *impeachment* feito pelo Sr. Bruno Mattos da Silva, secretário-geral da juventude do Partido dos Trabalhadores. Primeiro, a documentação que embasa a tese de *impeachment* é de 2018, encerrada em 2019. O gestor municipal não pode ser responsável pela gestão anterior ao seu mandato, que iniciou em janeiro de 2021. Em segundo lugar, o denunciante alega que há 48 assinaturas de representações técnicas. Existem 48 nomes digitados no processo, mas sem a ratificação das assinaturas no processo; ou seja, os nomes estão apenas digitados, sem a comprovação de que corroboram com a assinatura do pedido de *impeachment*. Terceiro, no documento apresentado sobre o DMAE, no ano de 2023, a Prefeitura deu seguimento, e na própria denúncia demonstra que houve interesse do Poder Executivo. Ocorre que há uma burocracia que se evidencia em todo e qualquer poder público, e

que esta é uma crítica geral a municípios, estados e governo federal. Quarto, Bruno Matos, autor do pedido de *impeachment*, é membro da militância do PT, é interessado, quem sabe, em causar estranheza a esta gestão. Ele se identifica como estudante e como presidente da UAMPA, mas não cita também que é secretário-geral da juventude do PT. Também há fortes indícios, e nós estamos averiguando, de que ele está lotado no gabinete de um vereador desta Casa, e nós vamos confirmar essa informação.

Então, é lamentável que, num momento tão triste, em que as pessoas estão desabrigadas, perderam tudo, inclusive o prefeito de Porto Alegre teve a sua casa alagada, perdeu tudo, e está há 30 dias trabalhando incansavelmente para reerguer, juntamente com todos nós, a cidade...

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não está na sua hora, o senhor não fique falando quando não é...

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vem, sobe aqui, vem falar. Vitimismo quem faz é o senhor na sua rede social. E tudo o que nós queremos é que não aconteça o que ocorreu agora, nesta semana, quando os ex-prefeitos de Porto Alegre fazem uma carta oficial, assinada inclusive pelo ex-prefeito Fortunati, que foi o prefeito quando o nosso prefeito atual era vice, vêm dizer que nada foi feito. Não foi feito porque eles não tiveram gestão e não fizeram o que tinham que fazer no tempo certo. O PT esteve 16 anos no nosso governo municipal e não fez nada. Falar é fácil, difícil é executar. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Mauro Pinheiro, público que nos acompanha aqui pela TVCâmara; venho em liderança na perspectiva de falarmos sobre o processo de *impeachment*. Como nós não temos tempo para falar em Comunicações, também não temos tempo para encaminhar o projeto, eu venho dialogar o projeto. Mas, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver. Giovane Byl, diferentemente de vocês, que estão defendendo o indefensável, qualquer cidadão de Porto Alegre, vinculado ou não a um partido político, pode protocolar um pedido de *impeachment*. É a democracia. Cabe também nós ficarmos, Ver. Giovane Byl, até a meia-noite votando. É a democracia. Nós temos que votar hoje 12 projetos. Votaremos, mas não é uma perda de tempo nós debatermos um tema tão importante para a cidade como a enchente. E aqui, eu encaminho dizendo que eu vou votar “não” ao pedido de *impeachment*, e não vou passar pano. Eu acho que é essa a diferença dos vereadores que vieram aqui justificar o injustificável. Dizer que a falta de gestão foi da gestão PT, que há 20 anos não está aqui no governo, e eu sou contra PT, votarei contra o PT, mas não é essa a justificativa que a gente deve dar ao eleitor. A justificativa é que essa Câmara de Vereadores – e reforço, diferente do povo pelo povo – deve fazer, deve investigar, deve fiscalizar, e pode ser por outros meios e não pelo *impeachment* do prefeito. Afinal, problemas de gestão nós podemos resolver na urna daqui a quatro meses, mas agora temos que fiscalizar. Temos uma empresa que foi contratada para fazer a manutenção das bombas em que o fiscal, Ver. Idenir Cecchim, depois, era sócio da empresa. Complicado! Vamos investigar? É competência desta Câmara de Vereadores, de uma maneira adulta e honrando os votos que teve, investigar. Vamos investigar por que a água voltou pelos ralos, já que deveriam ter proteção para não voltar. Vamos investigar por que se diz que a cota é três metros, mas deveria ser seis metros para as casas de bombas. Porque aquela bomba que está lá dentro da casa de bombas é ineficiente se é colocada muito alta, por isso que ela está nos três metros, mas deveria ser uma casa de bombas lacrada para que não voltasse água por baixo. São temas técnicos, e a população procura respostas em nós, como líderes e como

vereadores eleitos. E não passagem de pano numa perspectiva ideológica e dizendo que a atual gestão não tem também um compromisso diante dessa tragédia que assola Porto Alegre. Então, aqui eu encaminho voto “não” ao pedido do *impeachment* porque eu acredito que não é a ferramenta adequada para este momento. Mas eu gostaria da sensibilidade de cada um dos vereadores diante da importância da fiscalização do que aconteceu em Porto Alegre e daí, sim, dar os devidos encaminhamentos. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, agora é o momento de discutirmos o projeto que trata do *impeachment* do prefeito municipal de Porto Alegre. Eu, particularmente, e acredito que tantos outros, temos recebido mensagens pedindo a votação favorável ao *impeachment*. Eu tenho respondido que, sem nenhuma dúvida, nós estamos vivendo um momento de crise sem precedentes, a maior crise climática que aconteceu aqui no Estado e, por que não, uma das maiores crises do País, senão a maior. Com relação às casas de bombas, das quais estou vendo discussões, é uma questão de recompor uma estrutura político-administrativa que trate, exclusivamente, da drenagem urbana. Já havia dito, e volto a dizer, uma secretaria específica deve ser recriada em substituição ao extinto DEP. Tínhamos lá, eu fui diretor do DEP, engenheiros que conheciam tudo de drenagem. Terminou o DEP e eles foram esparramados por aí. O DMAE ainda não aprendeu, meu querido líder, a lidar com a séria questão da drenagem de Porto Alegre que são as enchentes que acontecem, aconteceram, e não sei se não se reproduzirão.

Mas vamos voltar ao *impeachment*. Vivemos uma crise sem precedentes. O povo de Porto Alegre está entristecido e sofrendo as causas desses alagamentos extraordinários. Para votar o *impeachment* de um prefeito, isso já falei quando votamos o anterior, é preciso tipificar, meu querido

Conceição, o crime. Sem crime administrativo-político não há possibilidade de *impeachment*. E eu não vejo, com todo o respeito, na figura do prefeito, a ocorrência de qualquer crime para que possa acontecer esse *impeachment*. Não vejo! E se não há os meios jurídicos para tal, não há outra opção senão votarmos contrariamente ao pedido de *impeachment*, até porque não é momento. Até porque é preciso agora centrarmos esforços para minimizar o sofrimento do povo de Porto Alegre. Obrigado e um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Sr. Presidente, boa tarde; Srs. Vereadores e todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara, hoje pela manhã nós estávamos limpando as casas das pessoas ali na Zona Norte, muitas pessoas pedindo ajuda porque as casas estão realmente destruídas, e nós estamos ajudando aquelas que podem ser reconstruídas. Agora, o tempo que nós estamos vivendo hoje é tempo de reconstrução da cidade, e este pedido de *impeachment* é totalmente inadequado, inapropriado, fora de contexto, e eu solicito que seja realmente colocada de lado essa situação para que a gente possa avançar. A cidade precisa ser reconstruída, e ninguém melhor do que o prefeito atual, que conhece a máquina, que sabe onde estão os problemas, para reconstruir, para capitanear, para ir à frente desta cidade nesse tempo de reconstrução. Esse pedido de *impeachment* tira o direito de quem? Do povo, porque todo mundo está falando: "É o povo, pelo povo". Então vai chegar o momento de o povo julgar o prefeito Marchezan, e a eleição... O prefeito Melo, e a eleição...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Isso, alguém já riu, o prefeito Marchezan foi julgado pelo povo, perdeu. O prefeito Melo, na eleição,

ele vai ser julgado pelo povo, e o povo é que vai dizer, porque quem colocou o prefeito Melo na Prefeitura foi o povo. É o povo que decide quem deve ficar mais quatro anos, quem não deve, e não cabe a nós aqui fazer um jogo rasteiro, político, jogar fora das quatro linhas. Então, a minha sugestão é que esse *impeachment* seja totalmente rejeitado e a gente permita que o prefeito Melo possa ir em frente, terminar aquilo que ele começou. E a minha sugestão também é que ele possa colocar toda a sua força, toda a sua capacidade para ir até o final deste mandato reconstruindo a cidade. Não vai haver tempo para reconstruir a cidade e para concorrer a uma reeleição. Acredito que ele vai precisar decidir: ou reconstrói a cidade ou faz a eleição, porque as duas coisas não serão possíveis de serem feitas, ou vai fazer bem-feita uma, ou vai fazer bem-feita a outra. Então eu acredito que o bom senso é que a gente coloque toda a nossa força para reconstruir a cidade e que o povo possa julgar se ele permanece ou não na Prefeitura. Hoje, o meu voto é a rejeição total desse *impeachment* para que o nosso prefeito possa ir até o final do seu mandato, concluir o mandato e reconstruir a cidade. Muito obrigado. Que Deus abençoe o Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, equipes, pagadores de impostos que nos assistem pela TVCâmara e pelas redes sociais, nós, do partido NOVO, vamos trabalhar esta tarde para tentar amenizar o sofrimento, tentar amenizar a dor, tentar, de alguma forma, dar uma resposta aos munícipes da nossa cidade, sejam eles CPF, sejam eles donos de CNPJ, pessoas que estão tentando, que vão tentar reconstruir a sua vida para que possam, realmente e literalmente, sair da lama. Nesse sentido, o NOVO vai apoiar a emenda que não desvincula o fundo do Mercado Público, afinal de contas, é um espaço importante da cidade e precisa que esse dinheiro ali permaneça para a sua reconstrução. Dentro até mesmo de um princípio da

subsidiariedade, o Mercado Público sabe melhor do que até mesmo nós ou o prefeito onde alocar esse patrimônio. Temos uma emenda para colocar, solidária à participação do fundo dos procuradores, fundo milionário, aliás, para que todos participem neste momento, todos deem um pouco de sua quota. E assim vai, assim temos diversas emendas. Vamos subir bastante aqui nessa tribuna, para defender o nosso ponto de vista. Quanto ao *impeachment*, já falei por mim outro dia, acho que falo também pelo Ver. Ramiro Rosário, é um pedido muito frágil, simplista, de quem não conhece como funciona o sistema de cheias – está cheio de sabichão aí de última hora, que quer resolver tudo, que sobe aqui e acha que sabe tudo, porque virou vereador sabe tudo, e quer ensinar quem sabe, como por exemplo, o Ramiro Rosário que é meu colega, esteve por vários anos... É um aficionado pela pauta. Então, nós vamos também votar contra esse pedido de *impeachment*, porque é frágil, simplista, embute um monte de alegações que não fazem o menor sentido, de uma pessoa absolutamente aleatória do processo. Nós, do NOVO, achamos que o governo Melo está mandando superbem? Não, tem problemas, tem falhas, mas como de resto, o Estado tem falhas, e essa enchente mostrou como o Estado é falho. E a gente é obrigado a ouvir dessa tribuna: "Cadê os defensores do Estado mínimo, que não sei o quê..." Gente, o Estado toma 40, 50% do que é nosso, coercitivamente. Imposto é roubo. E agora vão querer que a iniciativa privada seja extorquida pelo aparato estatal. É óbvio que se espera do Leviatã, que nos toma as nossas riquezas, que pelo menos, no mínimo, possa responder; aliás, se nós pudéssemos isentar o Rio Grande do Sul, cinco anos de impostos, o nosso PIB seria maior do que o do Brasil. O Estado, não atrapalhando, o Estado não enchendo o saco, o Estado não querendo tomar e distribuir para os seus, como sempre faz, tenho certeza de que o Rio Grande do Sul seria muito melhor. Não se trata de Estado mínimo, trata-se de Estado necessário, que não apareceu. O governo federal mandou meia dúzia de mil réis, tudo emprestado. Criticavam o Bolsonaro, mas o Bolsonaro deu dinheiro para todo mundo, na veia, e agora para liberar uns mil réis aí, tem que fazer uma procissão, tem que estar os puxadinhos da esquerda indo a Brasília pedir, pedir. Ontem mesmo todo o sistema político quis distribuir

R\$ 3 milhões em orçamento secreto do Lula, que mudou de nome, mas é orçamento secreto... Então se não tivéssemos o Estado atrapalhando, se não tivéssemos o Leviatã, se tivéssemos menos Marx, mais Mises, se tivéssemos mais liberalismo, com certeza o Brasil e o Rio Grande do Sul iam se recuperar melhor. Para concluir, Sr. Presidente, olhe para Tóquio, quando foi acometida por intempéries, olhe para outros países, a livre associação foi o que reconstruiu; aliás, o resgate às enchentes, o que vai acontecer a partir de agora vai mostrar que o Estado é desnecessário em praticamente todas as suas atuações. Por isso vamos defender menos Marx, mais Mises, mais liberdade, mais capitalismo, mais livre mercado contra esses sanguessugas, mamadores das tetas públicas que querem mais Estado e tomar dos empreendedores. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Caros colegas e todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara e no plenário. Falar em *impeachment* do prefeito Melo neste momento chega a ser uma piada de mau gosto. Eu, no caminho, num engarrafamento monstruoso, tive o prazer de ouvir o colega Giovane Byl falar, e falou muito bem, me senti plenamente representada. Porque enquanto a cidade tem urgência em aprovar projetos dos mais diversos que eu tenho aqui elencados, bônus-moradia para questão da habitação, crédito que as pessoas precisam, reestruturação fiscal, levante e ajuda para os pequenos, micros e médios empresários, que vai impedir que o desemprego assole esta cidade como um *tsunami* de pobreza, e tem gente querendo fazer politicagem desgraçada em cima do prefeito Melo, tirá-lo do foco que ele tem que estar, que é botar esta cidade de pé. Nós precisamos tratar de reerguer e de reconstruir, mas tem uma galerinha que só quer saber de destruir, antecipar a eleição. São, sim, os verdadeiros urubus carniceiros, que não perdem uma oportunidade de tentar trazer politicagem barata num momento em que a cidade precisa é de

união, é de respeito, é de paz, é de conciliação, é de comprometimento com a reconstrução. Que o poder público possa se espelhar, sim, na sociedade civil organizada e na desorganizada que se organizou para salvar pessoas e ajudar. Vir falar em *impeachment* nesta hora é um absurdo, é de um mau gosto, sem contar todos os problemas legais que esse pedido tem: ilegítimo, sem objeto, sem CNPJ, é só para fazer discurso mais uma vez. Mas é bom, meus queridos amigos e todos aqueles que nos assistem, sempre que a gente vê um episódio desse, poder separar o joio do trigo, é um divisor de águas, e nós vamos estar cada dia mais unidos em nome de Porto Alegre para reconstruir esta cidade. Amanhã é Corpus Christi. Convido cada um que ainda não fez nada aqui nesta Casa a não ser reclamar na rede social que vá pegar um balde, um esfregão, um rodo, e vá ajudar a limpar esta cidade, que vá ajudar alguém que precisa, que vá limpar uma igreja, uma paróquia por dentro, porque é Corpus Christi. Vamos ver quem é quem no final deste episódio. Todo o meu apoio ao prefeito, que trabalha ininterruptamente, que não dorme, que perdeu a sua casa e que está lá, dando a cara a tapa todos os dias, ouvindo impropérios e absurdos, e com a conspiração de uma parte dessa imprensa fajuta e safada que recebe verba estatal aos montes lá de cima para tentar antecipar o processo eleitoral e destruir o prefeito Melo. Nós estamos atentos a tudo, a sociedade está atenta ao que está acontecendo. Aqui, não passará. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo, Presidente Mauro, pela sua condução na retomada dos trabalhos da Câmara, que é um poder fundamental na reconstrução da cidade. Sob a sua liderança, esta Câmara está retornando aos trabalhos e, com certeza, dará a sua contribuição e colaboração para que Porto Alegre levante desta crise que está vivendo, a maior crise de todos os tempos. Em segundo lugar, quero, Ver. Janta,

dizer que essa construção que passa pelas suas mãos, pelas mãos de todos os vereadores aqui, da situação e da oposição, para que não se desvincule o Funpat, isso vai passar, a bancada do MDB – eu, o Ver. Cecchim, a Ver.^a Lourdes – estaremos juntos e lembrando que o prefeito Melo, Fernandão, lá atrás, quando queriam privatizar o Mercado Público, um dos compromissos do então candidato a prefeito Sebastião Melo era que o Mercado Público continuaria público. Então o compromisso do prefeito se renova no sentido de que estará junto na reconstrução do Mercado Público. Podem contar não só com prefeito como com a bancada do MDB e também com todos os vereadores aqui desta Casa. Em segundo lugar, Ver.^a Lourdes, Ver. Cecchim e demais vereadores, existe a verdade e existe a versão da verdade, e eu acho que é muito importante nós repormos a verdade de tudo que está acontecendo e, em primeiro lugar, nos solidarizarmos absolutamente com todas as famílias, todos que estão desabrigados, todos que estão desalojados, aqueles que perderam tudo, aqueles que infelizmente foram a óbito, não só em Porto Alegre como no Rio Grande do Sul. Então essa é uma tragédia que assola não só Porto Alegre, mas todo Estado. Portanto, eu quero aqui deixar o meu mais profundo descontentamento com esta atitude abjeta e repugnante daqueles que querem politizar, daqueles que querem antecipar a eleição de outubro, daqueles que estão fazendo do quanto pior melhor. E isso eu não falo para a Câmara de Vereadores, eu falo para aqueles que nos acompanham nas redes sociais e que nos acompanham na televisão. Tem muita gente – e aqui eu quero separar o joio do trigo, porque toda generalização é burra –, tem muitos setores da esquerda, e a população de Porto Alegre tem visto que tem gente que está torcendo que chova mais nesta cidade. Tem gente que quer que pegue fogo na cidade. Tem gente estimulando que quanto mais tragédia houver nesta cidade, melhor. Essa tem sido a atitude vista nas redes sociais, e aqueles que andam na cidade têm visto. E começou, Ver. Cecchim, uma virada. Entidades, associações começaram a procurar o prefeito para prestar solidariedade, porque têm visto que a atitude de determinados setores têm sido estritamente eleitoreira, que não tem o interesse público e, sim, o interesse na eleição de outubro. Vamos à

verdade e não à versão da verdade, Ver. Adeli. Foi investido por este governo, de 2021 a 2023, R\$ 592 milhões em contenção contra enchentes e abastecimento de água na nossa cidade. E vou dar alguns exemplos: o desassoreamento de todos os arroios da nossa cidade foi feito por este governo. Ora, se não tivesse sido feito, por exemplo Ver. Ramiro, a tragédia poderia ter sido muito...

(Aparte antirregimental do Ver. Ramiro Rosário.)

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Não, o senhor foi secretário, sabe que a tragédia teria sido pior. E são dados oficiais esses R\$ 592 milhões. Outra situação: todas as casas de bombas estavam funcionando quando começou a catástrofe. É mentira, é *fake news*, é desinformação dizer que as casas de bombas, Ver. Cecchim, não estavam funcionando. É verdade que esses projetos precisam ser revisitados, porque são lá dos anos 70, e esta que é a maior enchente, a maior catástrofe de todos os tempos, não suportou a quantidade de chuva que veio nesses últimos 25, 27 dias na nossa cidade. Ora, querer atribuir a culpa... E eu, particularmente, não trouxe para as minhas redes sociais, não levei para a rua, mas esta é uma casa política, esta é a Casa das grandes discussões políticas. “A culpa é do fulano, a culpa é do sicrano”. Eu faço uma pergunta para a bancada da oposição: nos 16 anos que foram Prefeitura em Porto Alegre, o que é que fizeram? Ora, o PT foi governo do Estado por oito anos neste Estado do Rio Grande do Sul; já é governo federal há mais de 15, cadê os investimentos? Aliás o art. 21 da Constituição, Ver. Tiago Albrecht, inciso 18, deixa muito claro que é responsabilidade da União investimento contra enchentes e calamidades. Não viemos aqui nem politizar, nem apontar dedos e nem culpar, mas o que eu quero colocar, para a população de Porto Alegre que nos acompanha é que todos têm responsabilidade quanto aos investimentos. Aqueles que mentem descaradamente que não houve investimento nesse governo ou no anterior estão mentindo para a sociedade. Houve investimentos, Ver. Schirmer, houve investimentos. Insuficientes, é verdade? É verdade, até

porque todo mundo aqui nesta Câmara sabe que a maior fatia do bolo da arrecadação vai parar na União. Então as grandes obras como a de macrodrenagem, por exemplo, Porto Alegre não fará, Ver. Cassiá, sem ajuda do governo federal, seja o presidente que for, de centro, de direita, de esquerda. Portanto, nós vamos continuar essa luta para reconstruir a cidade sem politizar e sem antecipar a eleição.

Quanto ao documento dos prefeitos, que foi assinado por prefeitos de esquerda – para finalizar, Presidente Mauro Pinheiro –, quero dizer que aquilo ali para mim é praticamente o seguinte: é cada um tirando o seu da reta, Ver. Cecchim, é tirando o seu da reta. "Eu governei 16 anos o Município, eu governei 16 anos o Estado, governo há 15 anos o País e não tenho responsabilidade de nada!" É "tirando da reta" o nome desse documento.

Para finalizar, quanto ao *impeachment*, eu não vou nem discutir quanto a uma entidade que é ligada a um partido político que tem assessoria aqui na Câmara de Vereadores, do PT, do PCdoB; isso é um factóide político para aparecer no jornal e para tentar desgastar o governo. Obviamente uma besteira, uma bobagem dessa não vai passar por aqui. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro e todos que nos acompanham na tarde hoje. Eu ouvi atentamente as manifestações das colegas e dos colegas, mas não poderia deixar de vir até aqui e me manifestar. Nós enfrentamos, na administração anterior, o mesmo processo: ano eleitoral, poucos meses antes da eleição, pedidos de *impeachment* que mais tarde foram arquivados pelo Ministério Público, porque visivelmente eram apenas a estratégia de sangrar um adversário eleitoral. Recebi algumas mensagens, Ver. Idenir Cecchim, das pessoas que, no campo político, sabem fazer politicagem e desonestidades intelectuais, e que fazem da política a prática do fígado, dizendo: "O PSDB agora pode dar o troco".

Mas troco do quê? Troco da politicagem? Troco da sangria eleitoral de um adversário? Falo aqui com muita tranquilidade, porque o PSDB ainda continua discutindo a possibilidade de ter candidatura própria, mas onde ficaria a coerência do nosso posicionamento, quando aqui nesta Casa nós defendemos que era, sim, apenas uma medida para sangrar um adversário? Quatro vereadores apenas votaram contra a admissibilidade do *impeachment* do nosso prefeito Marchezan. E vou lembrá-los, senhoras e senhores, era por causa de uma autorização orçamentária que esta Casa concedeu ao Poder Executivo – olha o tamanho da incoerência. E fica aqui o meu apelo, sem citar nomes, daquele vereador que sabia que não era um crime, mas que ouviu dos seus partidos políticos assim: "Não, mas é apenas uma estratégia eleitoral importante para nós que vamos enfrentá-lo nas urnas". Eu não vou apontar dedo para ninguém, mas eu queria que essas pessoas ou essa pessoa pensasse – porque há uma desonestidade intelectual – agora, com coerência, e quando beneficia, no cenário político partidário eleitoral, a pessoa se posicionar diferente. Então aqui, em nome do PSDB – eu tenho muito orgulho de ser colega dos vereadores Gilson Padeiro, Conselheiro Marcelo –, quero fazer um apelo pela política com coerência, com honestidade, com ética; ética, senhoras e senhores, uma palavra em total desuso no cenário eleitoral e político infelizmente. Nós votaremos, é óbvio, contra a esse pedido estapafúrdio que não para de pé de um militante eleitoral, que deveria também estar dizendo que o prefeito do partido dele, em São Leopoldo, é o culpado da enchente. Ou vamos esquecer disso? Que os prefeitos de Roca Sales, Muçum, Eldorado, todos são os culpados da enchente. Gente, coerência, ética! Em nome da bancada do PSDB, por óbvio, votaremos contra a essa admissibilidade desse pedido de *impeachment* visivelmente eleitoreiro. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós temos muitos projetos para serem votados hoje. E o que eu ouvi aqui, Ver. Adeli, é que todos – situação e oposição – querem votar os projetos que ampliam a ajuda àqueles que perderam tudo nas enchentes. Eu queria pedir um favor até, para todos, para os vereadores da oposição e da situação, que quando conseguissem juntar ou retirar certas emendas que só dariam discussão, para fazê-lo. Eu vou dar um exemplo, o Adeli discursou, na última sessão, sobre o Funmercado. O Ver. Janta e o vereador-presidente Mauro Pinheiro colocaram uma emenda nesse sentido. O governo municipal está de acordo em deixar o Funmercado preservado. O nosso prefeito diz em todas as entrevistas que o Mercado Público é o coração da cidade, e não seria coerente retirar o Funmercado neste momento. Os mercadeiros sofreram muito, e não seria justo retirar esse fundo que eles têm e que será usado para reconstruir, mais uma vez, o nosso Mercado Público. Dito isso, agradeço aos vereadores que se empenharam nesse sentido, vereador-secretário Schirmer. O Mercado Público é o coração da cidade e o prefeito Melo o trata como tal.

Eu conversei com a Ver.^a Cláudia Araújo, com o secretário Schirmer, com o secretário Urbano, porque tem alguns projetos que são de financiamento, Ver. Cassiá, e peço que a gente faça um bloco e possa votar num bloco, porque isso, Ver.^a Abigail, interessa a todos nós, e nós temos pressa para votar tudo o que nós pudermos hoje, de preferência votarmos tudo aquilo que interessa quando é do interesse da oposição, da situação, mas, principalmente, do interesse daqueles que estão nos abrigos e daqueles que estão voltando para casa nesta semana, que vão encontrar uma terra arrasada, que precisam de cada ajuda que todos nós possamos dar. E a Câmara de Vereadores, hoje, vai fazer aquilo que deve e que pode fazer. Então, dito isso, que é a parte principal da sessão de hoje, eu quero dar só um pequeno pitaco no pedido de *impeachment*... Primeiro, um conselho: se a UAMPA quiser funcionar, tem que ter o CNPJ em dia, não tem nem CNPJ mais. Então, não dá! Assim não dá! Vocês deixam os seus colegas de oposição mal, não é, Ver. Janta? Deixa mal os vereadores da oposição também, porque é um pedido fora de todos os

parâmetros da legalidade. Dito isso, quero pedir, mais uma vez, a colaboração da base e da oposição para que se possa votar hoje todos esses projetos, Ver. Moisés, os projetos que realmente interessam à cidade, que são aqueles logo depois dessa votação, eu diria, simbólica, porque quase ninguém está de acordo com esse pedido de *impeachment*, se é que dá para chamar disso. O pedido é outro, mas vamos chamar de *impeachment* em respeito à instituição. Muito obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA): Presidente, eu quero só justificar: eu estou preocupado é com a votação desses projetos que visam ajudar as comunidades mais carentes que estão nesta dificuldade enorme. Só justificar que o meu partido, o partido da Any Ortiz, deputada federal, e deste vereador, Cassiá Carpes, o Cidadania, não quer nem discutir uma barbaridade como essa. Por isso, eu digo que vamos votar por Porto Alegre, para que possamos votar nesses projetos, que são importantes da Casa. Não tem cabimento esse pedido de *impeachment* em relação ao prefeito Sebastião Melo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, vereador.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Aprego Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Alvoní Medina no dia 27 de maio do corrente ano.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (15h44min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Passamos à leitura do Requerimento. (Procede à leitura do [Requerimento nº 071/24](#), processo SEI nº 118.00481/2024-11)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, uma questão de ordem, agradeço a gentileza. Há um debate em plenário, e a Mesa vai ter que esclarecer. Nós vemos agora a votação do *impeachment* do prefeito, que é uma matéria seríssima, abertura, perdão, abertura do processo de *impeachment*. Bem, o que nós gostaríamos, como é natural, os vereadores, as vereadoras, no mínimo as lideranças de cada partido, nos manifestarmos sobre o tema, favoravelmente, contrariamente, enfim. Então, esse é o registro que estou fazendo nesse momento; gostaria da sua resposta, fundamentada, Presidente, por favor. É isso; não, em nome de todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Pedro Ruas, conforme o Decreto nº 201, que prevê o *impeachment*, os pedidos de *impeachments*, eles não têm discussão nem encaminhamentos, é só a votação, por maioria simples, para aceitarmos o pedido de *impeachment*, então é pela admissibilidade da abertura da comissão processante. Se a maioria decidir que sim, nós faremos o sorteio de três vereadores e estará aberto o processo. Então o prefeito terá a oportunidade de se fazer a sua defesa, e os três vereadores farão a eleição para escolher o presidente e relator da comissão processante, se for admitido o processo. Então hoje é somente pela admissibilidade. "Sim", aceita e "não" rejeita o pedido. Não tem discussão, não tem encaminhamento, é somente a votação.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Esse Decreto nº 201 é uma exclusividade nossa, de Porto Alegre?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Isso está previsto no Decreto nº 201. Quero combinar com os vereadores que estão *online* que nós vamos abrir agora o painel, os vereadores que estão presentes votam, quando encerrar a votação em 1min30s dos vereadores que estão presentes no plenário, nós vamos chamar nominalmente aqueles que estão de forma *online* para não

dar confusão na votação. Então 1min30s para votação dos vereadores que estão presentes no plenário; depois de 1min30s, nós vamos chamar nominalmente os vereadores que estão *online*. Aí os vereadores abrem sua câmera e dão o seu voto, "sim" ou "não". Solicito a abertura do painel para colher os votos dos vereadores. "Sim" aceita o pedido, "não" rejeita. (Após a apuração nominal.)
REJEITADO por 10 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): O vereador Gilson Padeiro votou “não” para esse absurdo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em discussão o [PLE nº 010/24](#). (Pausa.) Vereadores, consultando aqui a Diretoria Legislativa, nós temos ainda emendas sendo processadas. Então é interessante que algum vereador se inscreva para discutir para que a gente consiga processar todas as emendas ou suspendemos a sessão por alguns minutos até estarmos prontos com as emendas.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mauro, colegas vereadores; o Hino Rio-Grandense fala de nossas façanhas; alguns podem lembrar de algumas, algumas não nos engrandecem, mas agora, sim, nós vamos ter que mostrar as nossas façanhas, as façanhas de 36 vereadores que vão ajudar a reconstruir a cidade, de câmaras de quase todos os municípios do Rio Grande do Sul. Queremos ver a postura de cada gestor público dessas prefeituras, de cada prefeito, o que fez, o que não fez, os erros que cometeu, e esperamos que os mesmos não sejam repetidos. Nós precisamos sim prestar auxílios e é por isso que, inclusive, estamos aqui, para dizer que o bloco de oposição já deu acordo para votar vários projetos celeremente para que nós possamos despachar, ao ser aprovado aqui o projeto, imediatamente para o Executivo. Que seja sancionado, que a lei entre em vigor imediatamente e que possamos auxiliar quem mais precisa neste momento, que é o povo da periferia,

o povo do Sarandi, o povo do Humaitá, Farrapos, Navegantes e sem esquecer o povo da Zona Sul, porque normalmente nós estamos falando dessas áreas que foram atingidas aqui mais para o Norte e o Centro Histórico da cidade, mas não podemos esquecer o Guarujá, o Belém, o Lami, inclusive, o Salso. Temos que fazer uma discussão sobre todos esses lugares que tiveram esses infortúnios. E, para corrigir os problemas havidos no passado, para ajudar as pessoas a voltarem para casa, temos que ir além dos auxílios. Eu já discuti com a Secretaria Municipal da Saúde, e, desde a primeira hora, fiz um *card* com base nas orientações da saúde para que as pessoas cuidem ao voltar. As doenças que são passadas por essas águas sujas, turvas, que agora não são mais turbulentas; elas estão paradas, parecem inofensivas, mas estão cheias de problemas. Se as pessoas não cuidarem no manuseio delas, no toque com elas, doenças serão transmitidas por essas águas sujas ou, como muito já se falou, em leptospirose, hepatite A e outras questões que são gravíssimas. No Rio Grande do Sul, já perdemos quatro pessoas para a leptospirose. Nós não estamos falando de coisas simples, nós estamos falando de um problema gravíssimo que vive o nosso Estado e que vive Porto Alegre. Por isso que nós vamos estar atentos não só ao projeto como esse agora, de auxílio, mas inclusive às emendas. Aquelas emendas que melhorarem, que ajudarem, nós estaremos defendendo aqui com todo vigor. Para que a gente possa avançar na tarde de hoje, aceleremos essas votações. Eu, a pedido, aqui estou me pronunciando para que a gente caminhe nessa trilha para aprovarmos os auxílios imediatamente, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa tarde, Presidente Mauro, colegas, vereadores, público que está aqui presente e TVCâmara. Quero dizer que esse é o primeiro projeto de lei que estaríamos votando na tarde de hoje do governo municipal e que prevê o aumento do valor da recuperação

emergencial e do auxílio humanitário para aquelas pessoas que tiveram as suas casas afetadas durante as enchentes, como uma forma de mitigação dos danos sofridos por essas pessoas. Quero dizer que, de R\$ 700,00, o governo municipal aumenta pra R\$ 1 mil esse auxílio humanitário da recuperação emergencial, que prevê que aquela pessoa que receba esse auxílio possa, durante seis meses até um ano, pagar a casa em que ela vai ser acolhida – de amigos, de familiares, podendo auxiliar também aquela família com algum valor monetário –, mas também que essa pessoa possa vir a alugar uma peça, um quitinete, o apartamento que bem entender. E dizer que esses R\$ 1 mil, assim que aprovados por todos nós, serão acrescidos de R\$ 400,00 por parte do governo estadual. É importante dizer, Ver.^a Fernanda Barth, líder da bancada, que se o governo federal, neste momento, também acrescentar algum valor de R\$ 1,4 mil, nós poderemos passar a R\$ 1,8 mil, a R\$ 2 mil, porque é uma forma de o governo federal apresentar algum tipo de trabalho efetivo, é dinheiro na mão daqueles que estão precisando, Ver. Janta. O que nós temos visto é que o governo federal tem se eximido de qualquer atitude que não seja a dos R\$ 5,1 mil, que, deixemos claro, na tarde de ontem 24,4 mil pessoas foram já cadastradas pelo governo municipal para receber esse auxílio, e continua o cadastro, de R\$ 5,1 mil.

Vejam os senhores: o Rio Grande do Sul contribui muito para o governo federal. No último levantamento, do ano passado, o governo do Estado repassou para o governo federal R\$ 57,4 bilhões em tributos recolhidos ao governo federal, ou seja, o poder central em Brasília está com o dinheiro dos gaúchos, o dinheiro dos porto-alegrenses. E nós tivemos, de transferência recebida, ou seja, o retorno dos R\$ 57,4 bi, apenas R\$ 13,2 bilhões. Parece estranho, 13 do PT, exatamente esse governo federal que não aporta dinheiro vivo na mão daqueles que estão flagelados, que não aporta dinheiro vivo para o governo municipal, Pablo Melo, porque hoje nós só vemos o dinheiro no papel. E PowerPoint, meu caro Ver. Ramiro, aceita tudo. Nós estamos vendo muitas pessoas do Ministério do Pimenta falando bastante e entregando pouco. Aliás, esse tal ministério – para mim, um grande teatro que foi armado com fins politiqueros de 2026 – quando teve que descer do palanque, do palco, botar o

pé na lama, estender a mão para aquelas pessoas que mais precisavam, fez o quê? Pimenta foge para Brasília. Queridos, os senhores me digam: há como a gente definir, resolver problemas fora do local onde esse problema está acontecendo? É óbvio que não. Ou seja, o teatro foi desmascarado, o palanque que era politiqueiro em cima de devastação está acontecendo o quê? Está mostrando agora o que realmente é a verdade: nós aqui, do município de Porto Alegre, trabalhando para nós mesmos. Eu tenho certeza de que esse projeto de lei, que tem alguns reclamando que, Ver. Giovani Culau e Coletivo, é até 5 mil pessoas, eu tenho certeza de que nós podemos aumentar o número de pessoas, desde que o governo federal entra e venha para trabalhar junto, vamos fazer! Eu quero R\$ 1,4 mil na mão de quem está flagelado, mas eu tenho certeza de que o governo federal se colocasse mais R\$ 400,00, R\$ 600,00, nós teríamos R\$ 2 mil na mão daquelas pessoas que estão precisando. Mas o que eu tenho ouvido é o silêncio sepulcral do governo federal e dos seus aliados, PT, PCdoB e PSOL. Então, eu gostaria aqui de pedir aos nobres colegas que fizessem essa interlocução com o Presidente Lula e que pedissem para que ele colocasse esse dinheiro na mão dos flagelados para que eles possam ter, pelo menos, a dignidade de pagar o seu aluguel ou ajudar aquelas famílias em que eles estão, neste momento, acolhidos. É "sim" a esse projeto de lei e parabéns ao governo do Melo, que tem baixado a cabeça e trabalhado bem para a reconstrução de nossa Porto Alegre. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver. Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que estão nos acompanhando. Esses projetos que nós vamos votar hoje são de extrema importância para que a gente consiga reconstruir esta cidade, dar para

as pessoas que perderam a sua casa, que perderam o seu emprego, que perderam a sua empresa, as condições necessárias de se restabelecerem, de se levantarem e de poderem olhar para a frente. Quando a gente está tratando aqui de uma ajuda humanitária, que são várias formas, que esse recurso venha para as pessoas e elas vão poder dispor desse recurso tanto para uma estadia solidária, na casa de um parente, de um vizinho, de um amigo, que ela tenha esse valor todo mês garantido, de seis meses a 12 meses, enquanto ela precisar para se reestruturar, que esse valor possa ser acrescido de valores estaduais e acrescido de valores federais, no limite em que o governo federal se dispuser a botar a mão no bolso. Nós teríamos aí a oportunidade de que as pessoas possam usar esse recurso para aluguel emergencial, para aluguel de imóveis que estão em condições de habitação, num valor que vá de R\$ 1 mil, R\$ 1,4 mil, até R\$ 2 mil, R\$ 2,2 mil, dependendo do auxílio extra que vier da União. Mas o governo do Município de Porto Alegre já dispõe de R\$ 1 mil para esse tipo de locação, para esse tipo de moradia solidária, seja em casa de parentes, em casa de amigos, em casa de vizinhos, em pousadas, em aluguel de imóveis - tudo isso pode acontecer. Outra coisa muito importante que nós vamos votar hoje ainda são as questões dos financiamentos do Badesul, do financiamento do BRDE, do financiamento de outras entidades econômicas que podem e devem ajudar o nosso Município a reconstruir o que foi perdido, a se levantar e a ter fontes de financiamento garantidas e com muita extensão de prazo e com juros muito baixos para todos aqueles que precisarem não só mobiliar suas residências, mas, sim, reconstruir as suas empresas, comprar de volta o maquinário perdido, colocar de volta a sua vida. É momento de reconstrução, é momento de olhar para a frente, é o momento de limpar e reconstruir. Contem comigo para votar e aprovar todos os projetos que vieram do Executivo hoje, e as emendas que vierem a favorecer Porto Alegre, quem mora aqui, quem produz e quem emprega. E já deixo aqui aberto que votarei favoravelmente à emenda do colega Claudio Janta, que diz respeito ao Fundo do Mercado Público. Que ele possa permanecer com o recurso para uso do Mercado Público em relação à questão do uso do recurso dos fundos para ajudar na reconstrução da cidade.

Entendo que o Mercado sabe e pode gerir esse recurso muito melhor do que a Prefeitura, e não teria cabimento esse recurso sair do fundo, ir para a Prefeitura, para depois voltar para o Mercado. Então, é melhor que ele fique onde está, sendo usado por quem sabe o que é necessário no Mercado Público, que, aliás, está passando por um processo de limpeza, e todos os voluntários que quiserem ajudar, é só aparecerem com o seu balde, a sua bota e o seu rodo. Muito obrigada, colegas, e vamos para a votação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores, vereadoras e o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Iniciamos, então, a votação dos onze projetos de lei que o governo municipal enviou para a Câmara Municipal de Porto Alegre. Dentre eles, quatro a cinco são financiamentos, sobre os quais o governo poderá explicar do que se trata. Mas, no caso do primeiro projeto de lei, o governo municipal está propondo — e eu espero que seja para todos os atingidos pela catástrofe ou pela enchente, uma vez que estão cadastrados no CadÚnico — que possam receber R\$ 1 mil durante 12 meses. E aí eu pergunto: no mercado de aluguéis imobiliários, em Porto Alegre, que tipos de apartamentos ou moradias estão disponíveis para alugar por R\$ 1 mil? Temos que lembrar que tem água, luz, IPTU. Será que há condições de atender a esta dura realidade que passamos em Porto Alegre, onde a grande maioria dos imóveis, seja popular ou não, está acima desse valor? Eu falo isso, porque vou dialogar com a emenda do colega, Ver. Claudio Janta, que duplica o valor, isto é, em vez de R\$ 1 mil, vai para R\$ 2 mil durante 12 meses. Aí sim, nós estamos falando de uma dura realidade que por sua vez, num período tal, possa resolver essa transição de poder acolher essas centenas de famílias de porto-alegrenses que infelizmente foram atingidos pelas enchentes. Portanto, é de fundamental importância que a gente se debruce no valor, na quantia do recurso para poder dar condições reais dessa família

conseguir locar esse imóvel em Porto Alegre. Portanto, o Projeto nº 1, o primeiro que estamos discutindo, se trata disso. O governo libera R\$ 1 mil, mas temos condições, é claro, de apoiar emendas. Nós temos emendas de R\$ 1,5 mil, nós temos outras emendas, mas esta que aumenta para R\$ 2 mil, eu creio que é de extrema importância nós aprovarmos para poder, então, concretizar aquilo que mais se adequa à dura realidade. Sempre lembrando que o governo precisa resolver a burocracia e liberar imediatamente, porque o governo federal, por exemplo, já liberou e o povo já está recebendo. Muito obrigado.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Sr. Presidente, colegas vereadores e público que nos assiste; venho a esta tribuna para falar da Emenda nº 14, de minha autoria junto com os demais colegas vereadores, Ver. Hamilton Sossmeier, Ver. José Freitas... A Emenda nº 14 desse projeto. Todos nós vimos o impacto que as chuvas tiveram no nosso Estado, na nossa cidade de Porto Alegre; elas deixaram um rastro de destruição e dor pelo caminho. Casas, empresas, sonhos e templos religiosos que tanto significam para a nossa cidade também foram atingidos. Em meio a esse cenário eu presenciei algo que me comoveu muito, que foi a fé e a solidariedade das pessoas. Sou cristã e pude acompanhar de perto diversas igrejas que abriram suas portas para acolher os desabrigados oferecendo um prato de comida quente, uma palavra de carinho, de consolo e um abraço. Eu vi com meus próprios olhos a dedicação de pastores, de líderes religiosos, de voluntários que, incansavelmente, distribuíram mantimentos, roupas, medicamentos. Eles organizavam os abrigos, de uma forma até improvisada muitas vezes, mas ofereciam uma escuta atenta e ofereciam também palavras de esperança a todos que precisavam, tornando-se verdadeiras bases de apoio não apenas

mental, mas também emocional e espiritual. Também vi diversas igrejas afetadas pelas enchentes nesses quatro cantos da cidade de Porto Alegre. São igrejas que gostariam até de abrir as suas portas para receber os desabrigados, para atender o povo, mas ainda não conseguem fazer isso, porque a água subiu, na maioria dessas igrejas, até o teto. Foram perdas materiais significativas. Na nossa cidade, apenas para a gente ter uma ideia, na minha igreja, que é a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, a qual eu represento, foram mais de 40 igrejas atingidas. Os templos religiosos tiveram seus móveis, estruturas e equipamentos destruídos. Foram perdidos cadeiras, ares-condicionados, equipamentos de som, enfim, as perdas materiais são imensas e o impacto emocional é incalculável. Essas instituições que sempre tiveram suas portas abertas para a comunidade menos favorecida, agora precisam da nossa ajuda para se reerguer. Precisamos lembrar também que os templos se mantêm principalmente das doações, ofertas de dízimos realizados pelos seus membros de uma forma assídua e que, na grande maioria, esses membros também pertencem à mesma região que também foi impactada.

Então a solidariedade nesse momento é importante, mas não basta. As igrejas, que tanto contribuem junto à nossa cidade, agora, também precisam da nossa ajuda. As igrejas são como uma segunda casa para os seus membros, para os seus fiéis. Nesse caso, as pessoas foram duplamente atingidas: elas perderam as suas casas, os seus referenciais, mas também perderam as suas igrejas, que também são entendidas como uma segunda casa. Dentro de cada bairro, as igrejas desempenham um papel fundamental na ressocialização. Elas estão na linha de frente no combate da questão dos vícios, da dependência química, resgatando pessoas das drogas, do álcool, ajudando-as a reconstruir as suas vidas. Esse trabalho é altamente benéfico para a sociedade como um todo. As igrejas têm uma longa história de apoio à nossa comunidade, sempre nos apoiaram nas adversidades, então agora é justo que a gente possa retribuir esse apoio. Precisamos ser recíprocos e justos, ajudando essas instituições que tanto fizeram por nós. Portanto, proponho a esta Câmara de Vereadores apoio na inclusão formal dos templos religiosos no rol de entidades favorecidas durante

o período das enchentes; ao reconhecer este apoio, não estamos apenas ajudando uma instituição, estamos reforçando uma rede de suporte emocional, mental, social e espiritual, que é fundamental em tempos de crise. Então peço aos meus colegas vereadores que apoiem essa iniciativa, a Emenda nº 14, pois negar este auxílio seria negar o reconhecimento do papel fundamental que a fé desempenha na vida das pessoas. Gostaria de finalizar agradecendo mais uma vez o trabalho de todos, dos voluntários que foram fundamentais neste momento. Meu muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde colegas vereadores, subo a esta tribuna para defender a construção da nossa emenda, a Emenda nº 09. É uma discussão que desde setembro do ano passado, quando houve o alagamento nas Ilhas, nós nos propomos, nesta tribuna, a abrir uma discussão na cidade em torno dos imóveis vazios do Município. A gente sabe que na nossa cidade tem um mapeamento de mais de 200 imóveis, de terrenos, áreas públicas, salas construídas que têm que estar à disposição da nossa população. As pessoas não vivem em área de risco porque querem, como disse o nosso prefeito de Porto Alegre, as pessoas vivem em área de risco porque precisam, porque não há uma política de moradia no nosso Município, e isso foi constatado desde a gestão do Marchezan, gestão tucana, do PSDB. Porto Alegre não teve nenhuma iniciativa para as áreas de risco da nossa cidade. O ex-secretário André Machado teve o trabalho de fazer o levantamento, o mapeamento dessas áreas, hoje nós sabemos que são 152 áreas de risco, e, ao mesmo tempo, a gente discute nesse espaço distribuição de renda, uma distribuição de renda emergencial depois que já aconteceu a catástrofe, sendo que a Câmara segue sem ter nenhum tipo de iniciativa para o debate, para a política de regularização fundiária, que é o central, que é o que dá dignidade para as pessoas. A cidade tem 110 mil imóveis à disposição, prontos para morar.

A cidade de Porto Alegre vem diminuindo, vem perdendo pessoas; mais de 100 mil pessoas deixaram a cidade desde o último Censo. Então Porto Alegre não tem problema de habitação, Porto Alegre não tem problema de moradia. O que a gente tem é uma Prefeitura vendendo os imóveis da União, do Município, do Estado, de joelhos para a iniciativa das construtoras, da especulação imobiliária, porque as áreas boas, as áreas centrais estão à disposição das grandes construtoras. E a gente não consegue pensar por que a população que mora nas Ilhas, que mora no Sarandi, que mora na Ponta Grossa, que mora no Lageado, áreas que historicamente alagam na nossa cidade porque são cortadas por arroios, não podem acessar o Centro Histórico, o Menino Deus, a Cidade Baixa. Vinte por cento dos imóveis do Centro da cidade são desocupados. Então é uma burrice tamanha seguir com essa lógica de seguir construindo, construindo, construindo. Porto Alegre não precisaria construir mais um metro quadrado sequer. O que a gente tem que pensar é na disponibilização de políticas - de crédito, que seja - que permitam às pessoas acessarem a cidade. Acessar a cidade é menos tempo no trânsito, acessar os espaços de lazer, os equipamentos públicos de CRAS, de escolas, de rede de saneamento, de rede de esgoto. A gente está se colocando a pensar, neste momento, a partir da construção da nossa emenda, a Emenda nº 09, em um projeto de cidade que integre a periferia ao Centro. E que, no ano que vem – ou, quiçá, neste ano ainda, a gente nem começou o inverno –, a gente não precise voltar a esta tribuna para ficar discutindo crédito emergencial social porque as pessoas perderam tudo. Cabe à Câmara de Vereadores pensar os rumos da cidade, pensar o desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, a gente acha fundamental colocar à disposição os imóveis vazios do nosso Município para que se pense, junto às políticas de crédito e de distribuição de renda, políticas que consigam garantir que as pessoas saiam dessas áreas de risco e consigam viver e morar com dignidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este projeto, sem sombra de dúvida, neste momento, é importante, contará com nosso voto favorável da bancada do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, mas é importante lembrar que nós chegamos aqui por irresponsabilidade destes que estavam na Prefeitura, Nelson Marchezan e Sebastião Melo - eles tinham que ter feito as obras apontadas pelos engenheiros, para a gente não precisar estar votando esse projeto agora, dando ajuda às pessoas, pois elas não precisavam estar desabrigadas. As comportas não funcionaram por falta de borrachas, R\$ 3 milhões resolveria, R\$ 3 milhões resolveria as comportas. O prefeito Fortunati, em 2011 inaugurou a manutenção das comportas; na época foi R\$ 1,4 milhão. Se atualizar esse valor agora seria R\$ 3 milhões, colocando por baixo. Então, vocês imaginem, eles não fizeram. Aí o primeiro dia já de alagamento, o diretor do DMAE, Maurício, falava: "Ah! Não vai acontecer nada no Centro." No outro dia estava alagado o Centro - a comporta vazou, do cais Mauá. As casas de bombas 17 e 18, se tivesse sido feita a reforma, nós não precisaríamos dar ajuda para o pessoal do Centro Histórico; agora a gente vai ter que dar, vai ter que votar. Então nós estamos fazendo, gente, na verdade, um papelão. O governo Melo fez toda essa bandalheira, e a Câmara tem que limpar. Os vereadores têm que se juntar e construir um consenso para ajudar minimamente a população a ter recursos para voltar. Então, quero dizer que o governo deveria ser mais generoso; por isso tem emendas que qualificam isso. O governo, agora, ainda assim, conta gotas para auxiliar a população quando deveria ter feito a prevenção do sistema de diques, comportas e casas de bombas; até agora o bairro Humaitá, casa de bombas nº 5, de quatro motores, só um está funcionando, e a bomba que eles falaram ontem no jornal o dia inteiro, a bomba flutuante que vinha da Sabesp, está lá parada. Não dá; e aí nós estamos votando aqui. Até quando vamos votar auxílios? Se o governo não faz as suas obras, se vier mais uma enchente, o governo continua com as casas de bombas, não fez nenhum contrato para ajeitar as 23 casas de bombas. Não dá, gente; aí nós ficamos aqui só enxugando gelo.

Eu vou comprar um extintor de incêndio para cada vereador, e nós vamos ser os bombeiros da cidade, porque o governo é o incendiário. E a gente passa aqui refém dessa pauta, não conseguimos votar projetos importantes como o Plano Diretor da cidade porque eles não quiseram discutir a ocupação. Hoje a cidade está muito mais impermeabilizada por construções sem bacias de contenção, os novos condomínios, aí eles liberam, tudo bem, e a água toda cai em cima do prédio e vai para as avenidas que não têm conduto forçado, não têm novas casas de bombas, não têm nova discussão sobre como estão os arroios que foram canalizados no passado. É o que aconteceu lá no condomínio Plínio Brasil Milano, em janeiro. Não estou falando agora, lá em janeiro, eles também merecem indenização porque molhou todos os prédios do térreo, teve outros condomínios que molhou garagem, perda total. Então não é de hoje a falta de saneamento, e nós estamos aqui votando para tentar ajudar num incêndio, e o Melo não está aqui dentro da Câmara, não está aqui, está lá ainda, e hoje negaram o *impeachment* dele. Aí agora parece que o Estado é uma árvore cheia de dinheiro, parece que é isso! E agora eles vêm aqui e falam mal do Lula, mas é o Lula que está mandando bilhões para o Rio Grande do Sul, bilhões de reais. Os milhões que já entraram inclusive no cofre da Prefeitura, aí eles falam do Lula. Uma hora vai secar essa árvore do Estado brasileiro, da União que eles dizem, é tão rica. Nós temos que fazer coisas responsáveis para que no futuro – não sei quando pode ser a próxima enchente – tenha um sistema de contenção em cima, funcionando. Esse tem que ser o compromisso. Olha quantos bilhões de reais nós vamos gastar em Porto Alegre para a reconstrução só no sistema público, fora o privado, que R\$ 200 milhões teriam resolvido. Perderam. Sabe quem perdeu? O governo Marchezan perdeu mais de R\$ 120 milhões, que eram do PAC prevenção, porque não enviaram os documentos, e quem estava lá era o Ver. Ramiro. Tem que dar nome ao boi, tem que dar nome aos bois, tem que saber quem estava lá. Para completar, Presidente, nós vamos continuar ajudando a população, vamos votar nesses projetos, mas nós temos que parar de enxugar gelo. Quem tem responsabilidade tem que ser apontado. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Muito obrigado, Presidente Freitas, meus caros colegas. Ver. Jonas Reis, subir nesta tribuna para mentir de forma tão descarada até me surpreende, tendo em vista que nós temos que buscar ter um convívio republicano e com o mínimo de base de conhecimento. Sei que o senhor não é da área, sei que o senhor não teve uma experiência administrativa nem mesmo no serviço público, porque a maior parte da sua vida, que deveria ser a serviço público, foi a serviço de sindicato e não da cidade de Porto Alegre. Quando o senhor fala aqui a primeira mentira a respeito da manutenção de comportas... Olha, o PT me surpreende num ponto... O PT tem, ao longo das últimas semanas, batido palmas com uma vassalagem ao regime militar que até me surpreende. Defendem uma obra do regime militar como se ela fosse absolutamente correta e infalível. O sistema de proteção da Região Metropolitana, e não o de Porto Alegre, Ver. Jonas Reis, foi construído pelo antigo DNOS, e esse sistema falhou miseravelmente em Porto Alegre, Canoas, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Gravataí e Cachoeirinha. O senhor deveria se informar sobre isso, mas vocês só se informam, talvez, com alguns engenheiros que passaram pelo antigo DEP, que têm rabo preso, que querem esconder a verdade e que dizem que o sistema deveria ser infalível, e não é. O senhor falou da reforma feita em 2014 pelo prefeito Fortunati. Em 2015, nós tivemos uma grande cheia do Guaíba. Foram necessárias retroescavadeiras para puxar as comportas que não fechavam e estavam completamente enferrujadas, emperradas. Fizeram uma onda para fechar em 2015 uma das comportas, chamaram a imprensa e quase derrubaram o muro da Mauá, essa que é a verdade, porque a retro chegou a bater, fez um barulhão, a comporta quase caiu, isso está tudo documentado. Está lá, a imprensa noticiou na época. A reforma de verdade que teve, para que pelo menos as comportas pudessem fechar, foi em 2019, entregue em janeiro, fevereiro de 2020, ali sim. E não foi um milhão e pouco, foram R\$ 500 mil, com valores de 2020, bem pouco mesmo

comparado à grandeza que esse sistema deveria receber de investimento. Porém, valores anunciados pelo antigo DEP também não podemos levar em consideração, afinal de contas, na gestão do próprio Fortunati, que está hoje no palanque da Maria do Rosário, nós tivemos milhões e milhões e milhões de reais desviados - desviados - do combate a alagamentos da cidade e da manutenção do sistema de proteção contra cheias.

A segunda mentira que eu gostaria de colocar aqui... O senhor e o Engº Comassetto, que não honra o cabelo branco que tem, volta e meia sobem nesta tribuna para mencionar meu nome possivelmente ligado a R\$ 120 milhões que teriam sido perdidos para obras do sistema das casas de bombas e de macrodrenagem do Arroio Moinho. Nem isso vocês citam, porque vocês não conhecem para que era esse valor. Esse valor, Ver. Jonas Reis, foi perdido porque o antigo DEP, departamento corrupto e ineficiente desta cidade, aquele departamento perdeu absolutamente todos os prazos e não entregou sequer um projeto na gestão de Fortunati, que hoje está no palanque da Maria do Rosário. E me parece – me parece – que vocês querem, de alguma forma, blindá-lo, embora o PT aqui, na gestão do Fortunati, era oposição e oposição ferrenha ao então prefeito. Porém, esse processo sequer passou pela secretaria de serviços urbanos da qual eu fui gestor. Meu nome não aparece em absolutamente nada, porque isso era de planejamento e obras. Era da secretaria de infraestrutura da cidade, da SMIM. E a própria Prefeitura, na época, abriu uma sindicância contra os gestores da SMIM, por terem perdido, ou por ter sido cancelado o recurso a ser enviado pela Caixa Econômica Federal. Depois disso, o Ministério Público fez o quê? Qual é a ação, a decisão do Ministério Público? Isso ninguém fala também: que não haveria como penalizar os gestores da última administração da secretaria de infraestrutura – e não sou procurador deles aqui, mas a verdade tem que ser trazida – porque não foi responsabilidade da secretaria de infraestrutura à época do hoje deputado Elizandro Sabino, de Luciano Marcantônio e de Alcimar Arrais. Esses nomes, sim, apareceram nos processos, esses nomes, sim, foram levantados. O Ministério Público disse que eles não teriam nenhuma responsabilidade. Então a próxima vez que subir aqui para usar

o meu nome em busca de ter aplausos da sua claqué, o senhor tome vergonha na cara e pare de mentir à cidade de Porto Alegre, como está fazendo mais uma vez agora aqui num videozinho para suas redes sociais. E tomara que o áudio pegue, porque Jonas Reis é mentiroso, mamador do dinheiro público, que se encostou em sindicato e nunca prestou serviço para a cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, eu estava inscrito para trazer aqui uma manifestação, tinha pensado em desistir. Depois que eu ouvi, mais uma vez, as manifestações do Ver. Ramiro Rosário, eu me inscrevo de novo. Em primeiro lugar, não dá Ver. Ramiro, com todo o respeito, para V. Exa. chegar insistentemente dizendo que o DEP é um órgão de ladrão. Não dá! A começar pelo meu mandato lá, isso não aconteceu não. Se teve ladrão, teve alguns do alto comando do departamento. Agora, nós não podemos dizer que se extingue um órgão público porque lá no comando temos gente que rouba – e alguns, muito poucos. Porque se fosse para extinguir secretaria que rouba, sobrariam poucas. Portanto, meu caro Ramiro, o DEP tinha nos seus quadros engenheiros competentíssimos, muito bem-preparados, que conheciam toda a história e o que precisava no DEP. Era preciso – era preciso – punir aqueles que desviavam, mas não generalizadamente. Eu sou favorável – eu já disse – à volta de uma secretaria de manejo de águas pluviais. Acho que seria um caminho para não se repetir o que vem acontecendo, porque o DMAE ainda não – não é culpa dos servidores, não – aprendeu a tratar com o esgoto pluvial, que é uma atividade seríssima.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Aírto Ferronato, o senhor, que passou por momentos difíceis no DEP, num período como agora, eu queria fazer uma pergunta ao senhor: no período em que foi diretor do DEP, algum dos seus fiscais virou do dono de empresa que prestava serviço para o DEP? Quando o senhor foi diretor do DEP, algum dos seus fiscais de contrato virou representante de empresas que prestavam serviço para o DEP?

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Não acompanhei a movimentação de servidores lá de dentro. Agora se alguém saiu para fiscalizar ou se tornar da iniciativa privada, nada contra - nada contra.

Para concluir, então, essa Emenda nº 09, da Ver.^a Karen e de outros vereadores, pode ser votada favoravelmente, Ver. Cecchim: reservar imóveis do governo para moradia popular. Agora, eu acho que é preciso também reservar imóveis do Estado e da União. A Prefeitura cede seus imóveis, o Estado cede seus imóveis e a União também, aí nós faríamos um volumoso processo de moradia popular para Porto Alegre. Ver. Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Ferronato, quanto à Emenda nº 09, Ver. Robaina, que é líder da oposição, a emenda da Ver.^a Karen, o governo dá voto favorável.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Ótimo, assinei também. E mais o seguinte, Ver. Cecchim e vereadores da oposição, vamos trabalhar para que a União e o Estado façam o mesmo, para formar um processo bastante grande de moradia popular.

Com relação ao DEP, se o DEP estivesse funcionando, as coisas com certeza estariam melhor pela expertise dos servidores que lá havia. Aquele abraço, obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente José Freitas, público que nos acompanha; a minha fala será breve, mas eu gostaria de reforçar a importância: esse é o primeiro projeto que nós votaremos de auxílio aqui em Porto Alegre, vindo do governo municipal. E aqui nós vemos uma tragédia que assola não só Porto Alegre e o Rio Grande do Sul, mas que a gente sabe que não vai ser o governo municipal sozinho que vai reerguer Porto Alegre, Ver.^a Mônica Leal. Porto Alegre vai ser reerguida com a força do governo municipal, estadual e federal. Nós vemos aqui, nos vereadores que me antecederam, falas polarizadas, criticando, polarizando, ridicularizando todas as esferas de poder que não são do seu partido ou da sua ideologia. Neste momento, Porto Alegre precisa que se passe por cima da ideologia, porque o dinheiro precisa chegar e a população precisa se reerguer. E por isso que eu gostaria de reforçar: nós temos projetos bons no governo municipal que pode o governo federal aderir. E precisaremos, sim, Ver.^a Comandante Nádia, daqui a pouco, que uma interlocução com governo federal seja feita pelo PT. Temos projetos bons no governo estadual trazendo, então, a construção de moradias já de maneira inovadora e que a gente precisa que o governo federal traga com recursos, e nós precisamos essa interlocução. Então, eu gostaria de reforçar e essa vai ser uma das minhas falas, depois, nós temos 11 projetos para votar. A importância de quando virmos aqui, na tribuna, a gente reforçar a importância de os entes se somarem a cada um, aos seus esforços e a bons projetos, porque nós temos bons projetos em cada um dos esforços. Se nós temos aqui um auxílio para que a população atingida sobreviva durante 12 meses, nós precisamos, sim, que o governo federal envie recursos para os empresários e para as empresas. Isso não vai ser aqui no Município, a gente pode reduzir IPTU, podemos postergar ISS, mas o que vai fazer o empresário se reerguer lá na ponta, ele que teve todo seu estoque perdido, a sua empresa destruída, vão ser projetos federais, e para isso nós precisaremos de

interlocação e cobrar do governo federal. Por isso, Ver. José Freitas, Presidente, gostaria de reforçar o nosso papel, vereadores, em solidificarmos essa interlocação e não polarizarmos todas as discussões aqui neste plenário nos próximos 11 projetos que trarão benefícios para população. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para discutir o PLE nº 010/24.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, dando celeridade aqui ao processo, de uma maneira muito breve quero responder aqui, pelo menos nesta Casa política que é o local das grandes discussões, que este é um grande projeto do governo municipal; esperamos outros projetos na esfera estadual e federal, mas aqui, Ver. Cecchim, nós não podemos deixar passar desinformação e *fake news*. É bom que a gente lembre aqui, Presidente Freitas, que dos governos do PT em Porto Alegre – que foi o Tarso Genro, Olívio Dutra, João Verle e Raul Pont... Nós queremos saber o tamanho do investimento em macrodrenagem no nosso Município. Eu sei dizer: é zero! Mesmo Olívio e Tarso, que foram governadores do Estado por oito anos, também tiveram oportunidade de investimento em drenagem e nada fizeram. O PT, com Lula, Dilma, Dilma cassada e Lula de novo também não tem investimento em drenagem. Ora, aqui é o local de a gente fazer essa discussão, Presidente. Portanto, como o líder do PT, que também tem liderado o aponta-dedo, querer culpar os gestores aqui por causa da maior enchente da história e a maior catástrofe climática do País, querem fazer aqui culpa aos gestores municipais, mas eles passaram 16 anos no Município, oito no Estado, 15 anos... Aliás, no presente, continuam em nível federal e não investiram em macrodenagem em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul. Aliás há que se dizer que qualquer coisa que acontece agora, eu estava vendo, "Ah, deu uma briga no abrigo tal, a culpa é do Melo". Se alguém espirra na cidade é culpa do Melo. Tudo é culpa do Melo. Aliás, lá em São Leopoldo, a

nossa solidariedade, Ver. Oliboni, ao prefeito Ary Vanazzi, que também tem lutado com todas as forças contra o desastre climático, mas, infelizmente - infelizmente - todas as prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul que não têm a bandeira vermelha, que não têm a estrela no peito, são culpadas. E as prefeituras que são do PT, do PSOL, do PCdoB estão imunes. Estão imunes. Elas não têm culpa; a culpa é do desastre climático. Então, vamos nos respeitar aqui na Câmara, aqui nós sabemos a qualidade, Ver.^a Biga, dos vereadores desta Casa, então a culpa não é do Melo, a culpa não é do Ary Vanazzi e faltaram, sim, investimentos; faltaram, sim, investimentos em todo Estado do Rio Grande do Sul. Aqui, como eu disse anteriormente, R\$ 592 milhões foram investidos nesta gestão. Isso é um dado, isso é um fato, e, se são insuficientes, aquele ente da Federação que tem a maior arrecadação, a maior fatia dos impostos do cidadão porto-alegrense, gaúcho e brasileiro, que é a União, e, conforme o art. 21, inc. XVIII da [Constituição](#), quem tem a responsabilidade de investimento para calamidades e enchentes é o governo federal. Nós só estamos cobrando que o governo federal faça a sua parte, porque ele é tão responsável quanto o governo do Estado e todos os municípios que sofreram com a maior catástrofe climática, como eu disse, não só da história do Rio Grande do Sul como do Brasil. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 010/24.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLE nº 010/24.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLE nº 010/24 à apreciação

das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento

solicitando dispensa do envio da Emenda nº 04 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento

solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLE nº 010/24.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria da Ver.^a Karen Santos, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento

solicitando dispensa do envio da Emenda nº 06 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 06 ao PLE nº 010/24.

Apregoo o requerimento da Ver.^a Karen Santos, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLE nº 010/24.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 07 ao PLE nº 010/24.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Alvoni Medina e do Ver. José Freitas, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo a Emenda nº 09, de autoria da Ver.^a Karen Santos e dos vereadores Roberto Robaina, Pedro Ruas e Adeli Sell, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 09 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 09 ao PLL nº 010/24.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria do Ver. Tiago Albrecht e do Ver. Ramiro Rosário, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 10 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 11, de autoria do Ver. Roberto Robaina e do Ver. Aldacir Oliboni, ao PLE nº 010/24.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 10 ao PLL nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 11 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 11 ao PLL nº 010/24.

Apregoo as Emendas nºs 12 e 13, de autoria da Ver.^a Biga Pereira e do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 12 e 13 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo Requerimento de autoria do vereador Roberto Robaina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 12 e 13 ao PLE nº 010/24.

Apregoo a Emenda nº 14, de autoria dos vereadores Alvoni Medina, Psicóloga Tanise Sabino, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Pablo Melo e Giovane Byl, ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 14 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, deferido

pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 14 ao PLL nº 010/24.

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 010/24, de autoria do Ver. Claudio Janta.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 010/24.

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLE nº 010/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLE nº 010/24.

Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, à Emenda nº 02 ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLE nº 010/24.

Apregoamos a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Pablo Melo, à Emenda nº 03 ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos o requerimento de autoria do Ver. Pablo Melo, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLE nº 010/24.

Apregoamos a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, à Emenda nº 05 ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLE nº 010/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, deferido pela

presidência, solicitando votação em destaque para Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLE nº 010/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, é importantíssimo esse projeto porque ele vai trazer um alento, sem sombra de dúvidas, ao povo que ainda está no alagado. Isso é impressionante, parece que as pessoas não se sensibilizam. Parece que a gente vive duas Porto Alegre: a Porto Alegre das pessoas que estão no alagado, e a outra Porto Alegre normal, tudo tranquilo, tudo favorável. E o governo, ao invés de agora dar um abraço real à população, oferecer recursos para o que ele deveria ter feito há muito tempo - assistência social, habitação de interesse social -, agora está tendo que fazer na pior hora. Eu não sei quem escreveu esse projeto, mas deveria ter sido mais generoso; a gente está botando emendas para melhorá-lo, é o caso da emenda do vereador, que a gente vai apoiar. Mas fica ainda aqui a pergunta; venham responder. Parece que o Ver. Pablo Melo não quer os votos nossos para aprovar o projeto, porque ele veio aqui e falou que o PT não fez obra de saneamento. Eu quero responder a Vossa Excelência: o PT foi o que mais, literalmente, colocou encanamentos nesta capital, nas periferias, em tudo que é lugar. O Conduto Forçado Polônia e o Álvaro Chaves, todos feitos no governo, deixados, esquematizados dentro do Orçamento Participativo, é o caso do Álvaro Chaves; e o Polônio fomos nós que fizemos, foi o PT. Então, o senhor, quando vier falar mal do PT, está bem, é a sua prática, é o seu ato, mas faça aqui um exame da realidade, traga os dados. Não é possível. Eu queria entender, V. Exa. não está aqui só defendendo o prefeito Melo, porque precisa

trazer aqui uma postura de gratidão ao governo do PT federal, que está trazendo dinheiro para cá, se não fosse o dinheiro federal hoje, teríamos R\$ 5,1 mil. Quanto que o teu prefeito vai botar? Vai botar R\$ 5,1 mil? O Lula está botando R\$ 5,1 mil na mão das famílias atingidas; o Melo vai botar R\$ 5,1 mil? Porque o Melo botou R\$ 70 milhões de isenção do IPTU na Fraport. Isso é o Melo, que coincidentemente é seu pai também. Eu quero saber: o Melo vai botar R\$ 5,1 mil? Se o Melo botar os R\$ 5,1 mil aqui, que o Lula está botando também, e ficar R\$ 10,2 mil, eu tiro o chapéu para ele. Eu tiro o chapéu! Senão o resto é só gogó do senhor aqui, é garganta de Vossa Excelência.

Por último, dizer que o esporte preferido do Ver. Ramiro é falar mal do Ver. Jonas Reis. O Ver. Jonas Reis não sai da boca do Ver. Ramiro, mas o Ramiro é responsável por todos os alagados também na cidade, porque ele fez parte do governo Marchezan que não fez obra de saneamento, e agora ele vai de barquinho no 4º Distrito dizer que vai salvar as pessoas. O Ramiro foi de barquinho e colete no 4º Distrito, onde duas mil empresas estão afundadas na lama, literalmente, e ele não veio aqui dizer que vai ajudar, ele veio aqui só falar mal do Ver. Jonas; das empresas que estão destruídas no 4º Distrito ele não fala nada. Quando os bandidos, os ladrões foram saquear as empresas alagadas, eu não o vi lá. Cadê o Ramiro lá? Então é muito fácil atacar aqui o Ver. Jonas Reis, é o esporte preferido de Vossa Excelência. Quer praticar o seu esporte? Isso é um problema unicamente seu, porque eu aqui discuto ideias. O governo Marchezan perdeu R\$ 120 milhões da drenagem, e agora nós estamos tendo que aprovar auxílio para a população. Tem que dar nome aos bois, e eu vou dar; toda vez que eu subir a esta tribuna, eu vou dar os nomes dos bois desta cidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com manifestação contrária dos vereadores Tiago Albrecht e Ramiro Rosário.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

A Emenda nº 02 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 foram retiradas, e a Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ficou prejudicada pois a Emenda nº 02 foi retirada.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.)

Nós vamos ter que votar de novo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01. Peço ao Ver. José Freitas para conduzir aqui, porque eu também sou autor da subemenda.

(O Ver. José Freitas reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Claudio Janta e Prof. Alex Fraga, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLE nº 010/24. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos acertar a orientação aqui. Primeiro votam-se as emendas, depois votam-se as subemendas. A Emenda nº 03 está aprovada. Agora nós estamos votando a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03. (Pausa.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h17min.)

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): (17h26min) Estão reabertos os trabalhos. Vamos refazer a votação da Emenda nº 03. Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Já que deu esse problema, eu oriento a base a votar “não” à Emenda nº 03.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): (Após a apuração nominal.)
APROVADA por 26 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**.

Está prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLE nº 010/24.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, a partir desta data está proibido apresentar subemenda, é isso que esta Casa está decretando hoje? A partir desta data é proibido apresentar subemenda. Para que serve a subemenda, Sr. Diretor Legislativo, para que serve? Se até hoje a subemenda valia, a partir de agora, se tiver resultado na emenda um... Como é que você vai saber qual resultado apresentando a subemenda? Eu acho nós precisamos ter o certificado antes. Eu acho que tem um problema.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu explico. As subemendas, obviamente, podem ser apresentadas, no entanto elas não podem alterar aquilo que a Câmara acabou de aprovar na emenda, ela pode alterar parte da emenda, mas não na parte que a Câmara já aprovou. A subemenda mexe em parte da emenda, ela não pode devolver à situação

anterior ao que a Câmara já votou, porque o senhor imagine a situação: nós podemos ter uma infinidade de subemendas alterando.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Ela só dá uma condição nesse caso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, ela devolve o valor original que já tinha sido mudado na votação da emenda.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Não, se houver dinheiro...

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Eu tenho o mesmo entendimento do senhor, eu gostaria que isso fosse convenientemente explicado depois, porque a subemenda, geralmente, vem para corrigir o texto da emenda ou para torná-la fácil de aprovar. Eu também me tornei um tanto quanto surpresa em relação a esse andamento.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, gostaria de uma questão de ordem e um esclarecimento por parte do diretor legislativo. No art. 179, § 4º, diz assim: "Na votação de subemendas, será adotada a mesma sistemática da votação de emendas". Eu gostaria que o senhor pudesse compartilhar para ficar consignado, qual é a interpretação da Diretoria Legislativa sobre o § 4º. Vou repetir para quem está escutando ali, no plenário: "Na votação de subemendas, será adotada a mesma sistemática da votação de emendas". Obrigado, Sra. Presidente, se o Dr. Luiz Afonso puder nos ajudar.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Uma questão de ordem, Sr. Diretor e Sra. Presidente, a minha primeira emenda dizia que seriam beneficiados pelo projeto as crianças autistas, famílias atípicas, as pessoas com deficiência. Veio uma emenda dizendo que incluía mais os idosos; veio uma

subemenda dizendo “mulheres vítimas de violência”. A subemenda não dizia que tirava os autistas. A subemenda, nesse processo, tira a emenda aprovada pelo número de Ufir e volta à emenda original. Então, ela estava suprimindo a minha emenda, ela não estava permitindo um acréscimo, agregar algo na minha emenda, como: "Será destinado somente para as pessoas que moram no Sarandi, primeiro" - pronto, aí é uma subemenda. Agora, ela trocou o valor que foi aprovado pela emenda, ela voltou ao processo original – isso não pode uma subemenda fazer, em hipótese nenhuma. Ela poderia vir agregando outra coisa, ou suprimindo alguma coisa que não fosse o valor que foi alterado com a minha emenda. Não alteramos outra coisa que não fosse o valor.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): O diretor legislativo vai responder ao Ver. Tiago Albrecht.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vereador Tiago Albrecht, respondendo a sua questão, antes de chegar aonde o senhor quer. O art. 179, do Regimento, estabelece: "a votação processar-se-á na seguinte ordem: I - emendas destacadas;.." Então nem precisa se passar aos outros demais nove itens de ordem de votação. Primeiro se votam as emendas. Ponto. E a forma de votação, conforme o dispositivo que o senhor acabou de ler, se dá da mesma forma das emendas, pode ser simbólica ou nominal.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Podemos passar para a Emenda nº 04?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, já está resolvida a questão, e eu acho que é importante. Porque é lógico que eu fiquei um pouco preocupado, porque caso... Eu inclusive falei para a assessoria do governo que essa subemenda não faz sentido nenhum. Eu disse para eles. Porque não se pode alterar algo que nós acabamos de votar. E se a subemenda fosse

aprovada, ela teria a possibilidade de alterar inclusive no futuro. Porque a subemenda determina que a emenda será cumprida só sob determinadas condições. Como nós não sabemos se essas condições existem ou não, ou se existirão ou não, nós votamos uma emenda que ninguém sabe se será cumprida ou não. Então isso não faz nenhum sentido. Quando nós votamos um projeto, quando nós votamos uma lei, nós temos que saber se aquela lei vale ou não vale. Então, se nós votássemos essa subemenda, nós votaríamos uma lei que poderia ser cumprida ou não. Isso não faz nenhum sentido, por isso que teria que ser contra a emenda. Como isso já foi resolvido e nós já estamos para votar a Emenda nº 04, para mim é um assunto encerrado. E eu fico contente que tenha sido assim, porque é o justo. Obrigado.

Vereadora Comandante Nádia (PL)(Questão de Ordem): Eu quero aqui que todos os colegas prestem a atenção. A Emenda nº 03 diz que aumenta o valor do benefício Estadia Solidária. Ponto. Aumentou. Votamos "sim". Mas a Subemenda dá um "mas", ela permite a majoração desde que haja o repasse da União e do Estado. A majoração. Ou seja, nós temos que votar a subemenda, porque ela dá...

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Ela coloca uma condição...

Vereadora Comandante Nádia (PL): Não, não, não.

(Aparte antirregimental.)

Vereadora Comandante Nádia (PL): Como que não, gente? Como que não, Janta? Ela dá o "mas"! Ela complementa. Não, não... Não dá para ganhar no grito. Tem que ganhar na interpretação. Interpretação! Ela diz que mantém, mas ela permite, sim, a majoração se tiver repasse da União, gente. Ela permite.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): A palavra é sua, Ver. Oliboni.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, só para esclarecer, eu estou com o espelho das duas emendas. A emenda original, a Emenda nº 03, diz o seguinte: amplia a estadia solidária para 304.43 UFMs, equivalente a R\$ 1.677,00. A subemenda, que trata do mesmo tema da emenda, mantém o valor de 181,53 UFMs, equivalente a R\$ 1 mil, que é o que diz o projeto de lei, e condiciona qualquer aumento à vinda de verba federal ou estadual. Essa subemenda está prejudicada, é muito simples.

Vereadora Comandante Nádia (PL): Continuo falando, Presidente: se o valor for aumentado. A subemenda está dizendo “desde que”: Desde que se complemente. A majoração acontecerá desde que a União, o Estado, faça a complementação. E aí pode ser até muito mais do que nós estamos falando aqui.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Sr. Diretor Legislativo, qual é a interpretação regimental da Casa?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Qual é a orientação da diretoria? A Câmara só escolhe uma única vez o valor. O valor era 181 UFMs, a Câmara passou para 304.43 UFMs. Esse valor está decidido. A subemenda devolveria o piso para 181 UFMs, e a Câmara estabeleceu um outro piso. Isso a Câmara já aprovou. A parte do valor está prejudicada.

(Aparte antirregimental.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós entendemos que está prejudicada, vereadora.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Presidente, eu acredito que nós temos esclarecida a situação, e compete ao prefeito, se ele não for de acordo com os valores que a Câmara está sugerindo para o projeto, vetar e mandar novamente para a Câmara. Eu acho que a gente tem isso esclarecido. Nós temos outros 11 projetos, todos têm emenda, e a gente precisa ter a votação.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): A decisão é colocar em votação a emenda considerando a sub prejudicialidade de uma parte dela. Os que não quiserem a emenda votem contrários à emenda. Os que quiserem a emenda votem favoráveis.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Mas então, minha Presidente, nós vamos...

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Estou seguindo exatamente o que foi dito pelo diretor legislativo.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Mas só uma coisa...

(Aparte antirregimental.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): No final não vai constar os 181.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Líderes, temos um acordo?

Vereador Airto Ferronato (PSB): Qual é o acordo?

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): O acordo diz que nós poderemos ter maior valor caso venha o recurso de outras esferas. É isso que vai constar na redação final. É isso, caso aprovada.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Está bem, retirei a minha fala...

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLE nº 010/24.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Só uma questão, diretor Luiz Afonso, é importante esclarecer o que nós estamos votando, porque tem vários vereadores que não sabem, porque acabamos de...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Casa aprovou a Emenda nº 03, que aumenta o valor do auxílio para 304 vírgula poucas UFMs. A Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 buscava retornar ao piso de 181, essa parte está prejudicada porque a Câmara já escolheu 304. Mas, no entanto, a segunda parte da Subemenda, que diz que no caso de o Município receber recursos federais e estaduais esse valor possa ser majorado, eEssa parte não há problema nenhum, ela pode ser aprovada. A única parte que está prejudicada é a parte do piso, que passa a ser 304.

(Aparte antirregimental.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Poderá ser mais, poderá ser mais...

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 010/24, em sua parte não prejudicada. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com prejudicialidade parcial.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 34 votos **SIM**.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Fernanda, eu ouvi vários apelos do governo para que a gente acelerasse a discussão; o líder do governo não precisava pedir votação nominal para ter esse placar aqui de unanimidade. Mas está bem, foi uma boa votação porque as pessoas tiveram um benefício um pouco melhor.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Fiz esse voto a pedido do novo líder do governo, que é o Robaina.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLE nº 010/24. (Pausa.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): É o mesmo caso da anterior, está prejudicada.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): A questão da prejudicialidade está sendo debatida. Parcialmente.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Apenas uma questão de ordem: me parece que a prejudicialidade seria parcial nesta, nos termos da votação anterior, ou seja, só para aumentar se vier dinheiro de fora; então a prejudicialidade, me parece, seria parcial, como foi no caso da outra.

PRESIDENTE FERNANDA BARTH (PL): A Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 está com prejudicialidade parcial quanto ao valor, então, se ela for aprovada, será o mesmo caso da outra emenda, a Emenda nº 03.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Fica parcialmente prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 05 ao PLE nº 010/24.

A Emenda nº 06 foi retirada. Passamos à Emenda nº 07.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver.^a Comandante Nádia, a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Estamos votando a Emenda nº 07. (Lê.): "Fica concedido um auxílio emergencial no valor de 1,5 salário-mínimo nacional, por 3 meses ou, se for um prazo maior, enquanto vigorar o decreto de calamidade pública em Porto Alegre, para artistas e agentes culturais impactados pela enchente e devidamente identificados em cadastro próprio pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa". Pois não, vereador.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Então, isso permite que apresente uma emenda também para os comerciários que não estão exercendo sua função, que apresente uma emenda para os taxistas que estiverem... Isso nós tratamos lá no início, o valor é único. Essa emenda está prejudicada. O valor é único, está tratado lá no início, tem duas partes que tratam do valor. Se formos começar a separar por categoria, nós não vamos sair daqui hoje. Não vamos sair daqui hoje - tem os corretores de imóveis que não estão vendendo, tem o pessoal do 4º Distrito que está aqui que não está vendendo. Aí nós não vamos a lugar nenhum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vereador, prejudicada ela não está, mas o senhor tem razão quando diz que se for fazer por categoria, todas as categorias estão incluídas no projeto. Vereadores, só vai acontecer que vai cair o quórum se os vereadores não votarem – temos nove votos até agora.

Vou encerrar a votação; não teremos quórum para continuar a sessão. Pergunto se os vereadores todos já votaram? (Após a apuração nominal.) **REJEITADA**, por 12 votos **SIM**, 19 votos **NÃO**.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Eu não quero limitar o direito dos artistas a três meses, por isso votei “não”.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Pelo mesmo motivo, estão diminuindo o acesso ao auxílio para os artistas. Então votei “não”.

Vereadora Mônica Leal (PP): Votei “não” pelo mesmo motivo.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): Acompanhando o Ver. João Bosco Vaz, votei “sim”.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Votei “não” pelos motivos expressados anteriormente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Emenda nº 08 não será votada agora porque ela não está destacada e será votada no final junto com a Emenda nº 04.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 010/24.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que as Emendas nº 09 e nº 10, destacadas, ao PLE nº 010/24 sejam votadas em bloco, porque tem acordo de que seja assim.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 09 e nº 10, destacadas, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.)

Estamos com um pequeno problema no Zoom: os vereadores *online* não estão escutando.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Vamos fazer um teste com os vereadores que estão *online*. Estão recebendo o áudio? (Pausa.) Estamos consultando, vereador, estamos vendo se o áudio retornou para os vereadores que estão *online*. (Pausa.) Ninguém está retornando. Pedimos para algum vereador ou vereadora que esteja *online* que nos informe se está recebendo som ou não. Ver. Jessé?

Vereador Jessé Sangalli (PL): Jessé tem uma questão de ordem aqui, já foi falado e o pessoal aí da Legislativa não observou.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O senhor está nos ouvindo, vereador?

Vereador Jessé Sangalli (PL): Eu estou ouvindo, mas o áudio da Diretoria Legislativa está muito ruim de ouvir, de quem está *online*. Os demais *onlines* conseguem escutar bem os demais *onlines*, mas nós estamos ouvindo mal a Diretoria Legislativa. Só me deixa conferir o meu voto aqui, para eu ver minha tabelinha. (Pausa.) Se é a Emenda nº 11, é "não".

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Jessé, consegue me escutar, Ver. Jessé? (Pausa.) Sim, Hamilton? (Pausa.) Me escuta, Ver. Jessé?

Vereador Jessé Sangalli (PL): Jessé, Emenda nº 11 é "não", mas está bem ruim o áudio da Diretoria Legislativa.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Hamilton Sossmeier, o senhor me escuta? (Pausa.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Cláudio Conceição, me escuta? *Online?* Ver. Hamilton?

Vereador Moisés Maluco do Bem (PSDB): Agora está corrigido o áudio, Presidente; antes estava cortado, agora está bom.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Então o problema é no microfone.

Em votação a Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, eu acredito que a Câmara de Vereadores, ao aprovar o aumento do valor da estadia solidária e aprovar o aumento do auxílio humanitário em relação às propostas que o governo apresentou, adotou uma postura correta. No auxílio humanitário, era um valor congelado de R\$ 3 mil, e a Câmara aumentou para R\$ 5 mil, que é um valor mínimo em relação ao tamanho do prejuízo que as pessoas tiveram. Espero que o governo Melo não vete, que o governo Melo respeite a decisão da Câmara de Vereadores. Essa proposta de emenda, entretanto, Presidente Mauro Pinheiro, não é uma proposta de emenda que tenha tantas dificuldades porque eu sei que um governo municipal tem as suas dificuldades para garantir o pagamento de benefícios. Não é algo fácil, sempre precisa de planejamento, cálculo financeiro. Essa proposta – eu quero insistir. Ver. Janta, Ver.^a Mônica, Ver. Mauro Pinheiro – prevê, autoriza, incentiva o governo, porque é o governo que tem que governar, a utilizar a rede hoteleira... Eu tenho um projeto de lei, secretário Schirmer, que trata disso; eu tenho um projeto de lei

que defende que a rede hoteleira seja utilizada para garantir a moradia transitória das pessoas de 65 anos para mais, e crianças de até 6 anos, que tenham prioridade. Eu fiz um projeto de lei sobre isso, portanto se o projeto de lei é aprovado, o governo é obrigado a fazer. Nessa emenda, eu trago uma sugestão ao governo, uma proposta ao governo; se ela for aprovada, o governo, na minha opinião, deveria sim utilizar a ideia dessa emenda para melhorar a política de abrigos, porque nós estamos vendo a situação absurda que há. Nós temos uma situação absurda nos abrigos! É uma desumanidade o que estão fazendo com as pessoas nos abrigos, violência de todo tipo. Não é possível tratar pessoas como refugiados climáticos, como se estivessem abandonadas pelo poder público, que é a situação dos abrigos, pelo menos de uma parte deles. Não todos, porque tem muitos abrigos que estão sendo garantidos por entidades da sociedade civil, como é o caso dos trabalhadores da UFRGS e voluntários. Mas essa proposta dessa emenda prevê simplesmente isso: a utilização da rede hoteleira. E eu quero dizer mais: a rede hoteleira acabou de declarar que tem um prejuízo no Rio Grande do Sul de R\$ 1,6 bilhão – eu não sei o prejuízo calculado em Porto Alegre –, portanto uma política do governo também é uma política de incentivo à rede hoteleira, que está quebrada, essa é a verdade! Nós temos uma rede hoteleira, e uma parte dela aqui em Porto Alegre, que ficou embaixo d'água. Então é uma política também de incentivo à rede hoteleira e de construções de condições mínimas, dignas, para garantir moradias transitórias para milhares de porto-alegrenses que perderam tudo. Perderam tudo e ainda estão sendo maltratados em muitos abrigos! É só isso que eu estou propondo, uma emenda simples para que pelo menos as pessoas com 65 anos e as crianças de até 6 anos sejam albergadas na rede hoteleira. Eu acho inacreditável que até agora o prefeito não tenha encabeçado uma negociação com a rede hoteleira de Porto Alegre para garantir que essa política seja executada. Aí a gente vê as notícias das pessoas abandonadas, morando embaixo das pontes, fazendo barracas para morar nas BRs, numa situação de frio, de chuva, de desalento, de abandono, quando nós temos uma rede hoteleira que está desativada. E é óbvio que, nessa proposta de rede hoteleira sendo utilizada, não

é o projeto Garoa. Por isso que eu tenho, na proposta, que as entidades ligadas à educação, à assistência social, o Conselho de Educação e Conselho de Assistência Social fiscalizem, mas isso é o meu projeto de lei. A emenda determina apenas que essa política possa ser utilizada pelo governo municipal. Eu creio que a Câmara deveria aprovar essa proposta, porque a Câmara aprovando essa proposta vai mostrar que é sensível a esse enorme problema que nós temos na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 011, destacada, ao PLE nº 010/24.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro, colegas vereadores e vereadoras, eu estou em sintonia com o colega Robaina, inclusive, já tinha feito um pedido de providência nesse sentido, e por isso que vou apoiar o projeto. Hoje, nós tivemos uma reunião com o pessoal do Banco Central, com os técnicos, e estavam presentes as entidades representativas da hotelaria, o Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região - Sindha e a Abrasel, que também está vinculado a esse setor. Foi uma reunião interessante porque se discutiu, Cecchim, o alargamento do Pronampe. O Pronampe atual não alcança algumas questões desse setor, por isso que se fez um documento assinado por várias entidades aqui, inclusive pelo Sindha, para o Aloísio Mercadante, que é o presidente do BNDES. Hoje, a reunião foi com os técnicos e, na semana que vem, tem uma reunião com o Ministério da micro e pequena empresa, Robaina, e vai mais um pouco nesse sentido. É claro que alguns hotéis tiveram alagamentos. Vou citar, por exemplo, os hotéis ao lado da rodoviária: Ritter, Continental, etecetera e tal. Mas há outros hotéis, inclusive menores, que poderiam, na minha opinião, Cecchim, trabalhar principalmente os idosos, porque o único abrigo de idosos que nós temos neste momento é de voluntários. Eu acompanho essa questão e digo que está muito difícil, porque precisam de pessoas que tenham o mínimo de competência, porque antes, quando eles

foram para os abrigos, ficavam num colchão no chão, vocês sabem que pessoa de certa idade não consegue levantar-se do chão. Então ficou bem melhor, conseguiram camas, mas esse abrigo ainda é precário, bastante precário. Eu acho que um dos grandes problemas... Mas nós aprendemos também: a gente está com um grupo discutindo inclusive o que nós não sabíamos, de trabalhar com resgate no caso dos idosos. A situação na Rua da Praia, quando a água atingiu ali, foi um negócio catastrófico. As pessoas não têm esse aprendizado, os cursos que existem de cuidador, e outros, não trazem esse conhecimento. Então, eu estou de acordo com essa emenda, eu acho que ela nos ajuda a caminhar para nós termos uma solução, se não para muitas pessoas, mas para algumas pessoas, e já seria altamente produtivo. Não temos como manter pessoas de 80, 90 anos nesses abrigos atuais. Isso é uma coisa que é impossível, as pessoas não têm essas condições. E o grande problema de Porto Alegre é que nós temos uma população idosa muito grande na periferia inclusive. Então, nesse sentido eu queria que todos pensassem e repensassem a questão do tratamento com as pessoas idosas. Esse é um tema que nós vamos voltar, em breve, a ter uma discussão sobre política para esse setor. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 010/24.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, vereador líder do governo Idenir Cecchim, e, particularmente, Ver. Roberto Robaina, que é autor desta emenda, por sinal ele discute esse tema inclusive em nível de projeto, mas também teoricamente nas rodas de conversa, enfim, da política, porque de fato há uma situação gravíssima e que poderia ter uma solução minimamente aceitável. Ou seja, as pessoas não têm onde morar. Eu lembro de uma campanha da CNBB de uns 20 anos, cujo lema da campanha era "Onde moras?" E quem não pudesse responder a essa pergunta não tinha cidadania plena. Hoje boa parte da cidade de Porto Alegre,

dos habitantes, não tem cidadania plena porque não pode dizer onde mora. Isso seria uma solução parcial, evidentemente, para as famílias, com dignidade, e também para o setor hoteleiro, num acordo com a Prefeitura – seriam valores diferenciados –, talvez com apoio, não estou prometendo, mas acho que poderia ser negociado, Ver.^a Mari Pimentel, com o governo federal, para ajudar nesse sentido. Por quê? Porque é obrigação dos governos em nível federal, estadual e municipal, prover a possibilidade de as pessoas morarem em algum lugar com dignidade. Não é possível que, numa situação tão grave como esta, se vire para um lado e se esqueça de que há milhares de vagas nos hotéis, que estão dizendo que vão quebrar porque não têm utilização das suas vagas. Por outro lado, ao mesmo tempo, concomitantemente, centenas de famílias estão sem ter onde morar. Mas que mundo louco, não tem sentido algum isso! As vagas estão ali, os hotéis estão implorando para que ocupem, as famílias estão lá, implorando para ter um lugar para ficar. Ora, tem que juntar um e outro. Custa dinheiro? Custa, mas não tanto assim. Por quê? Porque o governo municipal vai negociar, vai ter apoio do governo estadual, vai ter do federal, obviamente, a Câmara inteira apoiaria. Quem não apoiaria essa medida? A imprensa apoiaria, todos apoiariam. Então, acho importante, acho relevante e me inscrevo, desde logo, se for o caso, Ver. Cecchim, para ser um daqueles que vai lutar muito – está aqui o secretário Cezar Schirmer, que nos honra com a sua atenção – para buscar recursos, cumprir o compromisso financeiro que uma medida dessas envolveria. É muito menos do que se imagina, mas sempre lembrando que dignidade não tem preço. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11 ao PLE nº 010/24, como autor.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadoras, vereadores e público que nos assiste pela TVCâmara. Em primeiro momento, gostaria de agradecer ao nosso líder da oposição, Ver.

Roberto Robaina, pela possibilidade de me manifestar, e também aos demais integrantes dos partidos que compõem o bloco de oposição, vereadores do PT, PCdoB e os meus colegas do PSOL. A Emenda nº 11, de autoria do Ver. Roberto Robaina e de outros vereadores, propõe mais uma alternativa para o governo poder disponibilizar abrigo digno para as pessoas. Nós já votamos algumas coisas, alteramos o projeto original que veio do Executivo. A Emenda nº 03, do Ver. Claudio Janta, majorou os valores para R\$ 1.677,00; a subemenda proposta pela base governista permite que esse valor seja incrementado se houver verbas federais ou estaduais. Os vereadores que me antecederam colocaram, e o Ver. Ruas, falando em nome do PSOL, colocou justamente o problema que a rede hoteleira está sofrendo, os prejuízos econômicos. E aqui, nós estamos enfrentando uma emenda que abre mais possibilidades. Mais possibilidades. Senhoras e senhores, com a aprovação dela, nós ofereceríamos mais uma possibilidade, porque não é uma obrigação. Não é uma obrigação! Ela adiciona a permissão de utilização de hotéis para abrigar pessoas com mais de 65 anos, crianças, famílias atípicas. Senhoras e senhores, o Executivo pode fazer um acordo com os hotéis e utilizar o mesmo recurso que nós aprovamos na emenda do Ver. Claudio Janta, R\$ 1.677,00. Pode inclusive alterar, fazer um contrato disponibilizando, o próprio Executivo, a alimentação para essas pessoas, diminuindo os custos ao Erário. Não precisa ser o sistema de hotelaria convencional como nós conhecemos. A Prefeitura pode manter o fornecimento de alimentação para essas pessoas, mas abrigá-las dentro de condições salubres, dignas, preservando a individualidade das pessoas. Muitas estão em abrigos, e não é uma condição plenamente adequada, isso é provisório, mas, infelizmente, ao passo que anda, nós temos bairros severamente impactados. Todas as possibilidades que puderem ser colocadas à disposição do governo para atender a população deveriam ser muito bem acolhidas por esta Casa Legislativa. Portanto, a aprovação da Emenda nº 11 abre uma nova modalidade de atendimento às pessoas. Não se está obrigando o governo a fazer nada, mas está se oportunizando o estabelecimento de contratos para viabilização da utilização da malha hoteleira da nossa cidade que está ociosa e está indicando

prejuízos econômicos. Não é obrigação, é mais uma possibilidade, e, portanto, vem muito bem a calhar neste momento de grave crise humanitária que a nossa cidade está sofrendo. Portanto, me somo às vozes do Ver. Roberto Robaina, que é o autor dessa proposta; do Ver. Pedro Ruas, que já se manifestou anteriormente pedindo a compreensão dos vereadores e vereadoras desta Casa Legislativa para a aprovação da Emenda nº 11 e a viabilização de uma outra forma de atendimento para a população. Essa forma de atendimento é muito mais rápida do que a proposta que o prefeito lançou da construção de cidades provisórias, que vão demorar muito tempo e, talvez, não atendam com qualidade a população que está tão sofrida neste momento. Agradeço a atenção de todos e todas, e esperamos a aprovação da Emenda nº 11. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11 ao PLE nº 010/24, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores, venho aqui, em nome do meu Partido dos Trabalhadores, partido que sempre defendeu o Departamento de Esgotos Pluviais e o DMAE e que lutou contra o extermínio que foi feito, que levou ao descaso do sistema de proteção da cidade, inclusive com a perda dos R\$ 124 milhões que veio do governo Dilma, em 2019. Todos sabem quem era o secretário e quem era o prefeito na época.

Dito isso, conversava com os hoteleiros, o Ritter e os outros que sempre conversamos, que sempre participaram dos debates da cidade, e dizendo que os hotéis do aeroporto até o Centro da cidade que ficaram acima da cota 5,0/5,5 perderam tudo, principalmente os seus equipamentos de cozinha, geradores, geladeiras, estoques e assim por diante. Então, essa proposta aqui, Ver. Cecchim, ela vem a calhar, ou unificar dois públicos, um público que sempre gerou a economia da cidade, que são os hotéis. E aqui, obviamente, nós não estamos falando de hotéis de cinco estrelas, são hotéis de qualidade, mas

também não estamos falando de uma Pousada Garoa; são hotéis de qualidade para acolher as pessoas idosas, para acolher as pessoas com deficiência, para acolher um público específico. E aí eu queria comunicar a todos colegas vereadores, que eu vim lá do Ministério pela Recuperação do Rio Grande do Sul, e ontem tinha seis ministros federais lá e hoje mais seis. Quando eu saí de lá, Cecchim, estavam na Mesa o vice-governador e o prefeito Sebastião Melo trabalhando as políticas de salvamento da população e investimento. E dizer que aquele nosso movimento – está ali o secretário Schirmer – de segunda-feira valeu, porque já em torno de 24 mil, 25 mil pessoas de Porto Alegre receberam os R\$ 5,2 mil, mas é menos da metade ainda dos credenciados. Portanto, continuamos aqui dizendo que tem que acelerar o credenciamento dessas pessoas para serem beneficiadas.

Ver.^a Mari, eu ouvi atentamente o seu reclamo, que tem que trazer apoio aos empresários. Pois o ministro Rui Costa acabou de anunciar, e o presidente Lula, uma linha de financiamento para as empresas, R\$ 15 bilhões para investimento nas empresas do Rio Grande do Sul; não são só pequenas empresas, empresas em geral, incluindo grandes companhias. Para que isso? Para a compra de máquinas, equipamentos, serviços, custo básico de 1% ao ano, mais o *spread* bancário, 60 meses, com 12 de carência. Financiamento a empreendimento, projetos customizados incluindo obras e construção civil, custo 1% ao ano, prazo 120 meses, com 24 de carência. Capital de giro emergencial, custo 4% ao ano, sem mais nenhum penduricalho para as micro, pequenas e médias empresas, e 6% ao ano para as grandes empresas. Prazo 60 meses, com 12 meses de carência. Então eu quero dizer aqui que o governo federal do Presidente Lula, ao contrário, Ver. Adeli, daquela tese neoliberal de que quer acabar com o Estado, e nós sempre dissemos que o Estado tem que ser forte para investir, fomentar e apoiar, agora está salvando as grandes empresas, prestando ao financiamento e lutando para restituir o que foi destruído. Eu quero, Presidente Mauro Pinheiro, anunciar aos colegas e lhe entregar, para ficar homologado nos Anais desta Casa, não só essas propostas, mas o manifesto que foi escrito pelos engenheiros e arquitetos, para não ficar dúvida nenhuma,

porque, na história, não queremos mais que tenha alagamento, mas, se tivessem seguido esta orientação aqui, nada disso teria acontecido em Porto Alegre. Um grande abraço, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 010/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, subo a esta tribuna para dizer que vamos votar contra esta emenda. A primeira parte dela parece boa. Se o Ver. Robaina tivesse desmembrado em duas... A questão do georreferenciamento nos parece uma coisa razoavelmente óbvia; mas a segunda parte, se fosse um projeto de lei comum, iria ter incidente legislativo, porque uma lei, para autorizar, ela é inócua, ela não existe. Além disso, parece uma clara interferência na iniciativa privada, sendo que a Prefeitura já pode fazê-lo. A Prefeitura, neste momento, sem esta votação, já poderia alocar pessoas em hotéis de acordo com a necessidade, de acordo com os valores disponíveis.

Eu quero aproveitar este encaminhamento pelo NOVO. Foi falado aqui sobre DEP, sobre extinção, e foi dito que o PT foi contra. Tudo que é para acabar com a corrupção, o PT vai contra, vocês já perceberam? Havia corrupção no DEP, por isso o PT, Ver. Cecchim, não queria acabar; afinal de contas o Lula foi triplamente condenado, Zé Dirceu foi condenado, Palocci foi condenado, para ficar apenas em três petistas bastante, digamos assim, ilustres, da quadrilha dos trabalhadores que não trabalham, aliás. Sobre essa questão de ficar repetindo, neoliberal, o Estado mínimo, neoliberal... Parece aquele discurso que eu escutava na escola pública do final dos anos 90. É importante lembrar o que já falei aqui, que o governo só tem dinheiro porque ele extorque o seu povo e os seus empreendedores com impostos abusivos, escorchantes, ultrajantes, aviltantes. Para além disso, o Ver. Ramiro Rosário, da nossa bancada do NOVO, relembra muito bem, estávamos debatendo, se não fossem os empreendedores

nós estaríamos perdidos, porque o Estado falhou miseravelmente. Então, botar dinheiro na mão dos empreendedores, micro, pequenos, médios, grandes, gigantes, é importante para a reconstrução do Rio Grande do Sul. Isso prova, mais uma vez, que o Estado mais atrapalha do que ajuda. E vou dar aqui um exemplo muito claro, aí eu queria ver onde é que está a fidalguia, onde é que está esse coração de todos os puxadinhos do PT que subiram aqui para falar. Eu queria que os puxadinhos do PT explicassem por que estão desviando R\$ 3 bilhões do orçamento secreto lá em Brasília para currais eleitorais, especialmente de senadores, e ninguém aqui fala nada, sendo que o Rio Grande do Sul precisa de dinheiro; e foi dito aqui sobre R\$ 15 bilhões, muito bem, é empréstimo, terá que ser pago. Deputados federais de esquerda votaram contra o perdão da dívida de apenas três anos para o Rio Grande do Sul ter fôlego. A dívida foi suspensa, daqui três anos vão ter que voltar a pagar. Isso não se fala, isso os partidões, a quadrilha petista, os puxadinhos da esquerda não falam: R\$ 3 bilhões que estão sendo desviados, repito, via orçamento secreto, que agora com o Lula se chama emenda de relator. É uma vergonha o que acontece em Brasília, quando os bilhões poderiam vir aqui na veia, doados, dados para os pobres, para os empresários, para os hotéis, para o 4º Distrito, para o Lami, para o Guarujá, para o Sarandi, para quem sabe comprarmos bombas de sucção. Aliás, onde estão as bombas de sucção do Governo Federal? Eu encerro dizendo que vamos votar contra pelos motivos que apontei e que a hipocrisia de muitos partidos é gritante. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Jonas.

Vereador Jonas Reis (PP): Uma questão de ordem. O vereador se refere a nós, do Partido dos Trabalhadores, reiteradamente no microfone, mas ele votou aqui contra a admissibilidade do pedido de *impeachment*, de investigação e veio falar disso. Pelo amor de Deus!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Feito o registro, vereador.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, eu gostaria de fazer a solicitação de prorrogação da sessão da sessão por mais duas horas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 010/24.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Bem rapidinho, João Bosco, eu estou imaginando como a Linda Hilton, aquela senhora famosa lá nos Estados Unidos, que é dona dos hotéis Hilton, o seu Radisson, da rede Radisson de hotéis e tantos outros aqui também, como estão felizes com o PSOL. Felizes com o PSOL! Imagina só o pessoal defendendo a lotação desses hotéis. Só que tem que pagar, esses hotéis não vão dar de graça, não. E não vão cobrar pouquinho. Os pequenos hotéis, aqueles que podem fazer e prestar esse serviço, não há necessidade de autorização. O prefeito já tem a autorização, já tem. Agora, encaminhar pessoas idosas, como estão falando aqui, para um hotel. A solidão de um idoso dói, dói. E um hotel leva os idosos para uma solidão. Se não, não teriam essas casas-lares. Por que existem essas casas-lares? Porque os idosos precisam de algumas companhias, e lá tem as companhias que o hotel corta, é muito fria a companhia. Eu acho que a intenção do Ver. Robaina foi boa, é boa, eu não acho que tenha maldade nisso. Também eu acho que não é pela ideologia socialista, eu acho que é do coração do Ver. Robaina. Mas não tem como dar uma autorização para quem já tem autorização. Então, vereadores, eu acho que nós poderíamos encurtar tudo isso e votar, respeitar a proposição do Ver. Robaina, mas votar contra essa emenda.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, solicitada por vários vereadores, a Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhas a votação da matéria.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Suponho que nós não tenhamos grande discussão, na medida que esse PL trata exatamente da instituição do programa de recuperação emergencial destinado à mitigação dos danos à população afetada por esta calamidade. Nós oferecemos aqui essa emenda tratando daquilo que é o mais sagrado, digamos assim, que é a alimentação das pessoas. Nós costumamos dizer que quem tem fome tem pressa, e hoje nós sabemos das dificuldades das pessoas atingidas para se alimentar. Portanto, ao apresentarmos esta emenda exatamente naquilo que é o mais sofrido da nossa população, consideramos extremamente importante incluímos, de forma muito significativa, nas perdas enfrentadas pela nossa população. Aqui nós apresentamos, com prazo determinado, e, obviamente quem vai determinar é o Executivo, portanto, nós damos condição às pessoas de se alimentarem. Ao mesmo tempo, nós solicitamos a questão da fiscalização, do controle de todos esses gastos, e nós estamos aqui encerrando com esta última emenda apresentada. Nós, que somos vereadores, além de propor leis, temos o dever em fiscalizar, portanto, nós estamos solicitando que os gastos sejam encaminhados para os conselhos municipais, porque é um complemento indispensável esse controle institucional exercido pelos órgãos fiscalizadores, como é o papel desta Casa. Portanto, considero imprescindível que nós possamos mostrar à população que, sim, nós estamos votando, na maioria, aprovando todos os projetos que o Executivo apresenta a esta Casa, mas também nós, vereadores e vereadoras, apresentamos as nossas emendas na contribuição para que o nosso povo possa, minimamente, sair dessa situação em que se encontra, e a fome é a principal. Portanto consideramos que esta

Casa irá aprovar essa emenda para que o alimento seja fornecido. Assim como todos nós que recebemos aqui o auxílio alimentação, que essas pessoas, neste momento tão dolorido, possam ter condições de se alimentar. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não temos mais nenhum vereador inscrito. Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo a Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) (Após chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 24 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 13, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA**, por 11 votos **SIM**; 24 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 14, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, colegas vereadores, como um sacerdote das religiões de matriz africana, venho encaminhar votação contrária a essa emenda. No Brasil, as religiões já têm várias filantropias: na construção de seus templos, na compra de materiais, numa série de coisas, inclusive na compra de automóveis. Mas o que mais me chama a atenção é esse § : "Os benefícios referidos nos incisos II e V do caput desse artigo serão concebidos independentemente da decretação de emergência e calamidade, mediante parâmetros sociais e da Defesa Civil, nos termos a serem regulamentados em Decreto." Nós estamos dizendo que um templo religioso, que fica na Av. Paula Soares, rente ao valão que tem ali, que no dia 16 de janeiro alagou, em setembro alagou, na semana passada, quinta-feira, alagou, e vem alagando, independentemente, se a Defesa Civil constatar que esse valão não vai ser canalizado, essa instituição vai receber recurso. O que é isso? Nós estamos criando algo *ad aeternum*. Vou falar de novo: "Os benefícios referidos..."

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): *Ad aeternum.*

É que o Ver. João Bosco é jornalista, então, ele teve que fazer várias cadeiras, inclusive o latim.

Então, acho que nós não temos como aprovar essa emenda. Realmente a gente tem acompanhado o papel incrível que os templos religiosos têm feito nessa questão que a gente está vivendo. Têm distribuído marmitas, feito entregas de roupas, acolhido as pessoas, uma série de coisas. Sempre lembrando que um templo religioso é isento de vários impostos, vários tributos. O templo religioso, volto a afirmar aqui, é isento de várias questões, vantagens que os empresários do 4º Distrito, os empresários do Sarandi, os empresários da Rua Voluntários da Pátria, os empresários do Centro baixo não têm, pois terão que pagar seu IPTU, se nós não autorizarmos que não paguem, terão que pagar todos os seus impostos se nós não autorizarmos que não paguem. Então, eu acho que é desnecessária a apresentação dessa emenda, é desnecessário incluirmos essa emenda nos benefícios que nós estamos dando para a população de Porto Alegre, população que frequenta os nossos templos, população que vai ao nosso encontro procurar um carinho, um conforto, uma ampliação da sua fé. Nós não precisamos desses recursos que podem ser alocados, volto a dizer, para esses pequenos empresários que perderam tudo e ainda estão com dívidas. Dívidas pagando os seus fornecedores; dívidas pagando os seus funcionários; dívidas pagando a restauração das suas empresas. E ainda não se falou dessas pessoas, ainda não se falou de recursos destinados a essas pessoas, se falou em dar empréstimos. Aqui nós estamos dando um recurso que fica independente de decretação de emergência e de calamidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Só para esclarecer, inclusive, ao Ver. Janta que quando se fala em templos religiosos se está falando da igreja católica, se está falando da matriz africana, inclui todos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está feito o registro. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 14, destacada, ao PLE nº 010/24.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, subo aqui em nome do partido NOVO. Nós vamos encaminhar pela rejeição dessa emenda, mas eu gostaria de dizer algumas coisas importantes: a primeira é parabenizar pela preocupação da Ver.^a Tanise e dos vereadores que assinam juntamente com ela. Vocês sabem, eu sou teólogo, pastor licenciado, e as igrejas foram vitais, estão sendo vitais para este momento. Também os templos, as sinagogas, enfim, todas as religiões estão sendo muitíssimo importantes. Eu mesmo tenho meu coração sangrando, neste momento, porque nós temos um templo luterano no 4º Distrito, na Av. Presidente Roosevelt, que ficou embaixo d'água. Ver. Ramiro é congregado, é membro dessa Paróquia Luterana Cristo, estive lá ajudando na limpeza. A nossa paróquia fica numa parte alta, e com as doações que obtive alugou gerador, emprestou gerador, emprestou lava a jato. Então, a motivação da Ver.^a Tanise, dos vereadores que coassinam essa emenda, ela é maravilhosa, ela é de muito boa intenção, mas acabei de explicar à Ver.^a Tanise que o nosso encaminhamento é contrário porque a Constituição Federal é clara: o Estado não pode botar dinheiro na igreja. Nós aqui estaríamos incorrendo em uma inconstitucionalidade, em uma numa invasão de competência com outro. Inclusive sugeri à vereadora que, de repente, levasse à Assembleia Legislativa ou ao sempre competente deputado Sabino de uma linha de crédito especial no Badesul, no BRDE, ou até mesmo do Bannrisul talvez, com juros módicos, ou sem juros, para que aquelas instituições religiosas que, repito, desempenham um bom papel nessa tragédia toda, possam ter esse fôlego. Mas repito que aqui estamos impedidos por uma questão legal, uma questão constitucional, aliás. As religiões são imunes à tributação, justamente, para essa distinção, essa separação entre igreja e Estado. Por isso, o nosso encaminhamento, com muita tristeza, porque é um mérito importante, não tenho alegria nenhuma em fazer esse encaminhamento, mas acho que há outras

formas, e os nossos mandatos, a bancada do NOVO, aliás, está à disposição. Repito, nós estamos sofrendo na pele, tivemos igreja em Três Coroas devastada, temos membros falecidos, membros luteranos que morreram na enxurrada, temos também, do nosso pessoal de gabinete, templos que ficaram literalmente embaixo d'água nas Ilhas. Então, é um momento de consternação. Acho que há outras formas de utilizar o aparato estatal para dar um refrigério, dar um auxílio aos templos religiosos, sinagogas, centros de matriz africana, enfim, que eventualmente precisem.

Portanto, o nosso encaminhamento é "não", mas reitero que o NOVO está à disposição para compor de alguma forma, eventualmente ir à Assembleia Legislativa, temos lá um deputado nosso; em Brasília temos deputados federais também, o Marcel Van Hattem é luterano praticante, acredito que podemos compor, sim, para ajudar. Mas, nessa emenda, aliás, de repente retirando a emenda, trazendo como um projeto, ou levando adiante para que esta Câmara não precisasse, vamos dizer assim, rejeitar politicamente essa emenda, acho que nós podemos fazer uma construção. Obrigado Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 14, destacada, ao PLE n° 010/24.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, quero pedir apoio dos nossos colegas vereadores no sentido da aprovação dessa emenda, para que a gente possa auxiliar os templos religiosos. Aqui nós não estamos falando de uma igreja A ou B, são os templos religiosos que incluem diversas religiões. Sabemos que esses templos religiosos, nas áreas que foram afetadas pelas enchentes, também foram impactados. As igrejas perderam tudo, assim como as famílias, assim como as casas. Nós sabemos que as igrejas, sim, têm alguns benefícios, como isenção de impostos, sabemos disso, claro, mas também as igrejas sobrevivem de doações das pessoas que frequentam aquela igreja, e geralmente quem frequenta aquela igreja é aquela comunidade daquele

bairro que também já foi duramente afetado. Então essas igrejas vão ter muitas dificuldades de se reerguer. Então somente a solidariedade não basta nesse momento, precisamos de uma ação do governo.

Eu quero também salientar o § 7º, que o Ver. Janta falou, que diz que os benefícios referidos no inciso II e V do caput deste artigo serão concedidos independentemente de decretação de emergência e calamidade. É exatamente o que está no PLE nº 010/24, que é o que nós estamos votando. Foi um copia e cola, é exatamente o mesmo artigo que está no projeto. Então eu quero pedir apoio dos colegas, porque é fundamental nesse momento de reconstrução de vidas, de famílias, de casas, de igreja, de comércio, enfim. Nós precisamos então fazer esse momento de reconstrução. E eu quero pedir apoio dos vereadores, porque as igrejas têm um papel muito importante na sociedade, não somente espiritual, mas social, e até tem um impacto também emocional nas pessoas. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação nominal, determinada por esta presidência, a Emenda nº 14, destacada, ao PLE nº 010/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 16 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**; 02 **ABSTENÇÕES**. Registro a intenção do Ver. Giovane Byl em ter votado favoravelmente à Emenda nº 14 ao PLE nº 010/24.

Em votação a Emenda nº 04 ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária dos vereadores Roberto Robaina, Prof. Alex Fraga, Jonas Reis, Engº Comassetto, Karen Santos, Giovani Culau e Coletivo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (Procede à leitura da Emenda nº 08 ao PLE nº 010/24.) Em votação a Emenda nº 08 ao PLE nº 010/24. (Pausa.) Os vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLE nº 010/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLCE nº 007/24](#). (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01 ao PLCE nº 007/24, de autoria do Ver. Idenir Cecchim.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 007/24 à apreciação de Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 ao PLCE nº 007/24.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 007/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 007/24 à apreciação das Comissões, para parecer. Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Encerrada a discussão. Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 007/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLCE nº 007/24. Como eu sou autor dessa emenda junto com a Ver.^a Mônica, peço ao Ver. José Freitas que assuma a presidência dos trabalhos. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mauro Pinheiro é coautor da emenda, logo não pode presidir a votação.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação a Emenda nº 02 ao PLCE nº 007/24. (Pausa.) Os vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o PLCE nº 007/24 (Pausa.) Os vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção dos vereadores Roberto Robaina, Giovanni Culau e Coletivo, Karen Santos, Biga Pereira e Jonas Reis, e a manifestação contrária do Ver. Prof. Alex Fraga.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, conforme acordo das lideranças, solicito que o PLE nº 013/24, o PLE nº 014/24 e o PLE nº 017/24 sejam votados em bloco. As emendas apostas ao PLE nº 014/24 serão retiradas. São os financiamentos, e tem acordo para serem votados. (Pausa.)

(Apartes antirregimentais.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): O bloco formado, então, pelo PLE nº 013/24 e PLE nº 017/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mas não pode fazer bloco de projetos, somente de emendas.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Então vamos votar o PLE nº 013/24 e o PLE nº 017/24, nessa ordem, antes dos outros projetos, sem discussão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver. Cláudia Araújo para que o PLE nº 017/24 seja o item nº 5 na ordem de priorização. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLE nº 013/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em discussão o [PLE nº 017/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Prof. Alex Fraga, Ver.^a Karen Santos e Ver. Roberto Robaina.

Nós votamos o PLE nº 017/24 que a senhora pediu. Está aprovado, com a abstenção dos vereadores Giovani Culau, Alex Fraga, Robaina, Karen Santos, Jonas Reis. O Ver. Jessé votou não. Está aprovado o projeto.

Estão suspensos os trabalhos para organizarmos a retirada das emendas ao PLE nº 014/24.

(Suspendem-se os trabalhos às 19h23min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (19h24min) Estão reabertos os trabalhos. Os vereadores vão retirar as emendas no microfone de apartes, conforme combinado. A Emenda nº 04 ao PLE nº 014/24, é de autoria do PP – do Ver. Mauro Pinheiro e da Ver.^a Mônica. Só para explicar: o secretário esteve aqui explicando que é um projeto de lei de recurso de € 129 milhões para o 4º Distrito e o Centro. O projeto já foi aprovado. Vou tentar explicar, se eu não conseguir, o Ver. Cecchim, líder do governo, nos auxilia. Esse projeto já foi aprovado e pediram novas garantias, e o prefeito está apresentando novas

garantias para esse projeto de lei já aprovado anteriormente, e se forem acrescentados novos bairros ele tem que tramitar novamente. Então o governo solicitou que fossem retiradas emendas e terá um novo projeto com novos valores, onde estarão contemplados os bairros que nós tínhamos colocado nesse projeto. O governo pede para retirar, senão deverá ter dificuldades com os recursos para serem alocados nesses projetos. Ver. José Freitas.

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS)

(Requerimento): Presidente, o senhor, na verdade, já explicou, então eu retiro as Emendas nº 04 e Emenda nº 05 ao PLE nº 014/24, e nós, em concordância com governo, estaremos colocando, para não ficar desguarnecida a região sul, extremo-sul e Sarandi. Nós colocaremos essas emendas, então, para favorecer esses bairros no outro projeto que o governo já protocolou, o Território Poa. Um abraço.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Presidente Mauro Pinheiro, a bancada Progressista, na pessoa desta vereadora, que é líder, e na sua, retira a Emenda nº 03. A nossa preocupação era justamente as bombas, mas ficamos sabendo que terá um projeto nesse sentido. Então retiramos a Emenda nº 03 ao PLE nº 014/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. Ver. Claudio Janta.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE) (Requerimento): Sr. Presidente, pedindo licença a todos os demais que assinaram junto comigo a Emenda nº 02 ao PLE nº 014/24, nós retiramos essa emenda e a acrescentamos, conforme acordo com o governo, no projeto que foi protocolado hoje, que prevê as bombas, prevê uma série de coisas beneficiando os bairros que aqui nós colocamos. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento, de autoria do Ver. Roberto Robaina e outros, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLE nº 014/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não temos mais emendas no projeto. Em discussão o [PLE nº 014/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha. Boa noite! São 19h30min da noite, nós estamos votando um projeto que nós votamos há dois anos. E é por isso que eu venho aqui, nesta tribuna, e vou discutir esse projeto, porque não é sobre as emendas que foram retiradas, é sobre um governo que não conseguiu governar, é sobre um governo que não conseguiu gerir uma cidade, que não conseguiu utilizar ferramentas de crédito. Nós já votamos aqui, Ver. Alex Fraga, inúmeros pontos desse projeto, desde poder contratar diretores e CCs para gerir esse empréstimo que nunca chegou em Porto Alegre. Um governo que nunca conseguiu ter a competência de acessar o recurso que vem em crédito baixo para conseguir implementar infraestrutura na cidade. O que nós temos hoje, no 4º Distrito afundado, é uma política pública de isenção fiscal e não de infraestrutura. Hoje, eu gostaria de ver todos os vereadores e o governo... O 4º Distrito, que era a menina dos olhos... Nós pagamos salários volumosos para um diretor do 4º Distrito, que deveria estar agora lá. Nós temos um vice-prefeito do 4º Distrito, e o dinheiro nunca chegou no 4º Distrito. Nós temos esse projeto sendo votado aqui para dar sonho para a população; sonho para o empreendedor do 4º Distrito, mas a realidade é que nós estamos com três anos e meio de gestão num governo que prometeu reerguer o Centro; prometeu reerguer o 4º Distrito... Esta Câmara de Vereadores aprovou flexibilização no Plano Diretor do Centro e do 4º Distrito; aprovou isenção fiscal no Centro e no 4º Distrito, e o governo não conseguiu fazer obras de infraestrutura, e hoje o

Centro e o 4º Distrito estão alagados. Então, no mínimo, o respeito quando o prefeito vier falar sobre a realidade do Centro e do 4º Distrito, porque nós sabemos que processos estarão vindo na conta da Prefeitura de Porto Alegre pelos empreendedores e por todos aqueles que acreditaram num sonho de uma cidade que daria dignidade novamente para o Centro e 4º Distrito, e, esta cidade, não aconteceu em três anos e meio. E não vai ser esse projeto protocolado aqui que, depois, vai se vender de maneira como *marketing* de sonho para o empreendedor e para o morador do 4º Distrito, que vai mentir. Então, eu tenho certeza de que essa minha fala aqui é muito mais para trazer a verdade da incompetência de três anos e meio de gestão em aprovar um empréstimo que foi tramitado aqui na Câmara inúmeras vezes e nunca chegou nos cofres públicos e nos projetos de infraestrutura na nossa cidade. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 014/24.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente e vereadores, quero dizer para a Ver.^a Mari Pimentel, líder da oposição, que este projeto de lei está sendo feito agora por conta de uma nova garantia. É só ler o projeto, o que ele modifica; aliás ele acrescenta. O governo federal pede uma nova garantia para se fazer a contratação de operações de créditos externos. Esse é o detalhe. Só isso! Basta ler. Se a Ver.^a Mari não leu aqui, é um projeto muito singelo, muito tranquilo e que diz o quê? A necessidade que foi identificada junto ao Município de Porto Alegre pela Secretaria do Tesouro Nacional, e que tem um item ali: autorização legislativa. Leis autorizadas de operação de crédito de pleitos de municípios protocolados na STN, após a publicação da EC, aqui tem o número, de 21 de dezembro do ano passado... Ou seja, isso aqui é uma coisa tão simples, vereadora, em dezembro do ano passado, de 2023, foi modificada. Para qualquer município fazer contratação de operação de crédito externo é necessária uma nova garantia.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): V. Exa. permite um aparte?

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Não, não vou deixar a senhora falar. Agora não. Agora estou eu falando. Não, não vou lhe oportunizar. Então, é tão simples... Não... Não quero, não quero. Estou cansada. Então, vereadora, depois eu vou lhe dar aqui o projeto de lei para a senhora poder ler e não falar coisa que não sabe. Mas é bem tranquilo. Então, assim, colegas vereadores, eu gostaria que os senhores lessem, é muito singelo, um projeto quase que de primeira série. É uma nova garantia. É só isso. Então, para quem quer a reconstrução de uma Porto Alegre, para quem quer que nós tenhamos a oportunidade de retirar também, se for necessário, crédito do Banco Interamericano, é necessário que se tenha essa garantia. Sem essa garantia, quem votar contra não está autorizando que o Município possa fazer o crédito do Banco Interamericano. Só, simples. E eu não vou deixar de subir nesta tribuna quando escuto coisas que não são verdadeiras. Obrigada, e assim é o projeto.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Eu gostaria de deixar registrado que minha fala é que o dinheiro que foi aprovado nesse empréstimo, em projeto de lei, nunca chegou aos cofres de Porto Alegre. Se o secretário quiser afirmar que o dinheiro entrou nos cofres de Porto Alegre, eu gostaria que fosse afirmado, mas acho que a líder do governo não conseguiu entender que era essa a colocação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 014/24, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores, agradeço ao Ver. Roberto Robaina, líder da oposição, por me permitir fazer uso da palavra neste momento, e aos colegas vereadores e vereadoras que compõem o bloco de oposição. Portanto, agradeço à bancada do PCdoB,

do PT e aos meus colegas do PSOL. Gostaria de complementar a fala da Ver. Mari Pimentel. Ver.^a Mari, ainda bem que essa gestão é incompetente e não ofereceu as exigências ou as contrapartidas que seriam necessárias, porque nós poderíamos ter visto, no início do mês de maio de 2024, todo esse montante se esvaír em lama, esgoto, ruir, porque o Centro Histórico e o 4º Distrito, que são objeto de investimentos deste financiamento, inclusive com órgãos internacionais, como o Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento, escorrem pelo esgoto. É o que virou o 4º Distrito. Se a Prefeitura tem projeto – e há muitos anos tem projeto de revitalizar áreas para atrair investimentos –, que dê a condição necessária. E eu não estou falando em condição necessária em termos econômicos, e sim estruturais: manutenção de casa de bombas, manutenção dos portões. Portanto, ainda bem que houve incompetência administrativa quando esse projeto foi aprovado há dois anos. Por quê? Porque seriam, senhoras e senhores, € 129,6 milhões rolando esgoto abaixo. A Prefeitura ou a gestão atual, que não faz manutenção nas casas de bombas, e foi alertada, foi alertada da necessidade de manutenção, reestruturação de algumas bombas, o fechamento correto dos portões, não apenas no cais Mauá, mas em todo o sistema de diques; a falta de manutenção, os pinos corretos, as borrachas selantes, tudo isso fez com que colapsasse o sistema de proteção contra a cheia que foi dimensionado para seis metros. E nós não tivemos aumento da cota acima do que era previsto pelo projeto original. O prefeito, na maior desfaçatez do mundo, aparece nos veículos de comunicação dizendo que o sistema entrou em colapso porque não foi corretamente projetado. Mas teve tempo suficiente para fazer os consertos necessários. Por quê? Porque tirou a manutenção do antigo DEP – isso quem fez foi Nelson Marchezan Júnior, que extinguiu o Departamento de Esgotos Pluviais –, mas utilizando o DMAE...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): O senhor vai pagar essa conta, Ver. Ramiro Rosário, por ter extinguido o DEP e contribuído para a desgraça que a nossa cidade sofreu. E o DMAE, responsável por isso, terceirizou a gestão e manutenção das bombas para a empresa Bombas Sinos. A Bombas Sinos era a responsável contratual por fazer essa manutenção. Foi terceirizado, não cabe a explicação da Prefeitura de que precisava abrir licitação, pois a empresa estava contratada. Bastava aditar o contrato e disponibilizar os recursos para que todos os problemas fossem corrigidos ainda no ano passado. Ainda no ano passado, quando nós tivemos a cota excedida do limite de três metros. Portanto, houve sete meses para impor à empresa terceirizada, contratada, a fazer os reparos necessários. Isso não foi feito. Irresponsabilidade, irresponsabilidade de quem? De quem projetou o sistema? Não, de quem era responsável pela sua manutenção: Prefeito Sebastião Melo, esse é o nome, esse é o responsável. Que pague a conta!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o PLE nº 014/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do PLE nº 016/24, pois temos acordo com a oposição de votação sem discussão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja retirado da ordem de priorização o PLE nº 015/24 e, em seu lugar, seja incluído o PLCE nº 018/23.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Pergunto à Diretoria Legislativa se temos que apregoar alguma emenda ao PLE nº 016/24, ou se é só o projeto. (Pausa.) Temos duas emendas, uma do Ver. Cecchim, e uma do Ver. Medina..

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Esse projeto do TART, o líder da oposição diz que não estava na pauta. Então, nós só o colocamos na priorização...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vamos votar o PLE nº 016/24, depois vemos o outro. Vamos por partes. Vamos fazer esse primeiro. O PLE nº 016/24 tem emendas que ainda não estão *ok*, Ver.^a Cláudia Araújo. Ver. Alvoní Medina, a sua Emenda nº 02 está com um problema aqui, ou o senhor ajusta...

Vereador Alvoní Medina (REPUBLICANOS): Meu Presidente, o Ver. Freitas não está aí?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vai apregoar agora, mas falta a assinatura do líder, que é a sua. Pode ser *online*, pede para tua assessoria assinar eletronicamente.

Vereador Alvoní Medina (REPUBLICANOS): Já estou pedindo.

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. José Freitas assinou como vice-líder. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de

quórum, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apenas para esclarecer os registros, relativamente à Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, a parte prejudicada é a que trata do § 3º do art. 3º... A parte prejudicada é a seguinte: "O benefício referido no inc. II do caput deste artigo será concedido pelo Município no valor de até 181,53 UFMs". Com relação à Subemenda nº 01 à Emenda nº 05, a parte prejudicada também altera o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.640. A parte prejudicada é a seguinte: "Os benefícios referidos nos incs. I e III do caput deste artigo poderão ser concedidos pelo Município no valor de até 570,82 UFMs". Era essa a retificação, Presidente.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro, eu, na verdade, pedi a verificação de quórum porque acho que é importante que a gente defina o que vamos votar, por quê? Porque projetos fundamentais em relação às enchentes, é uma coisa. Agora, a vice-líder do governo já chegou aqui colocando a hipótese de votar, por isso eu reagi, um projeto que está ligado, por exemplo, à questão do corte ao direito de as pessoas recorrerem contra ações que a Prefeitura faz injustamente. Isso não é possível. Então...

(Aparte antirregimental.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Bem, mas a vice-líder do governo chegou a dizer que votaria hoje isso; algo que é contra os cidadãos da cidade. Então, não dá; então eu quero votar o meu projeto que isenta o IPTU, que está em primeiro, quando se estabelecer a ordem normal das pautas, não discutindo exatamente só as enchentes. Por isso que eu gostaria que nós tivéssemos uma ordem aqui, que fosse definido claramente o que nós vamos votar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O que eu combinei com a vereadora, e nós vamos votar, é o PLE nº 016/24, que institui o Programa Vou à Escola, que tem relação às enchentes.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): E o outro projeto, o PLE nº 015/24, pedi que fosse retirado, do Hospital Presidente Vargas, colocado na próxima priorização, de tarde, não tem nada a ver com hoje, nem com votação de hoje. Só para esclarecer.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Mas nem colocamos ainda em votação o requerimento para retirada do PLE nº 015/24; só aprovamos o requerimento para alteração da votação, para que possamos votar o PLE nº 016/24, que institui o Programa Vou à Escola – é esse que nós vamos votar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só tem que aguardar um pouquinho porque tenho que apregoar duas emendas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Só falta apregoar duas emendas, uma do Ver. Cecchim e outra dos vereadores Alvoní Medina e José Freitas; aí poderemos votar o projeto. Só estamos aguardando aqui a DL para pregoar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLE nº 016/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 016/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Alvoní Medina e José Freitas, ao PLE nº 016/24.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLE nº 016/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o [PLE nº 016/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 016/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLE nº 016/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLE nº 016/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, anteriormente formulado, solicitando que o PLE nº 015/24 seja retirado de priorização. Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Presidente, faço um apelo aqui aos líderes do governo e da oposição, em nome da bancada do Partido NOVO, junto com o Ver. Tiago Albrecht, pois corre no plenário aqui que a votação do item nº 08, por ter dez emendas, ficaria para a outra sessão. Eu até peço aqui para ver a possibilidade de chamarmos uma extraordinária, se não for para hoje, que seja para amanhã ou para sexta-feira, para acelerar os projetos. Ou priorizar, inclusive temos pessoas aqui que estão acompanhando...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O senhor pode fazer um requerimento para que esse seja o próximo projeto a ser votado. Se aprovado, coloco em votação.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO) (Requerimento): Vou fazer o requerimento então para que o PLCE nº 006/24 seja o próximo projeto a ser apreciado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Ramiro Rosário faz um requerimento solicitando que o PLCE nº 006/24 seja a próxima proposição a ser apreciada. (Procede à leitura da ementa do projeto.)

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, eu acho que pelo adiantado da hora, se os vereadores votarem em bloco as dez emendas e o projeto, eu acho que dá para fazer, mas se for discutir emenda por emenda, nós vamos até a meia-noite, mas que seja o próximo já está aprovado, Ver. Ramiro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O governo e a oposição dão acordo para todas as emendas? (Pausa.) Não?

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Solicito a abertura do painel eletrônico para a realização de verificação de quórum. (Pausa.) Nós votamos 11 projetos e aprovamos sete. (Após a apuração nominal.) Oito vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.



(Encerra-se a sessão às 19h56min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *